




A OBRA DA RUA EM ÁFRICA:  
CRÓNICA DE UMA FUNDAÇÃO (CA. 1960-CA. 2000)

LUÍS LEAL

 <https://orcid.org/0000-0002-9938-2939>

**Resumo:** A história e evolução da “Obra da Rua ou Obra do Padre Américo” no território continental português é expressão, ainda hoje, quer do arrojo visionário e deveras inspirador do seu fundador, quer da perene validade dos princípios pedagógicos e assistenciais por ele veiculados e nela aplicados. E se é justo que Padre Américo Monteiro de Aguiar (1887 – 1956) deva ser apontado como o grande protagonista de tal dinâmica, semeando e vendo florescer as “Casas do Gaiato” e demais valências desta sua Obra em diferentes latitudes do Portugal das décadas de 1940 e 1950, o mesmo já não se poderá dizer quanto aos frutos cuja semente africana apenas lhe foi possível lançar remotamente. Assim, na tentativa de entretecer alguns dos fios, porventura dispersos, do que poderá ser um esboço de uma “história da fundação da Obra da Rua em África”, identificar-se-ão alguns dos marcos fundamentais deste “salto” dado pelos Padres da Rua, fiéis depositários e zelosos cumpridores do “sonho” do seu fundador, a partir de 1960, por terras de Angola e Moçambique. De fora da presente análise ficarão, necessariamente, os tempos mais recentes, sobre os quais ainda não nos parece viável uma exegese correta dos sucessos e insucessos verificados. Resta, por isso, a esperança de que o presente exercício exploratório permita, pelo menos, tornar mais evidente a particular relevância e o indelével legado de tal projeto na história das comunidades onde o mesmo se implantou.

**Palavras-chave:** Obra da Rua, Padre Américo, África, Angola, Moçambique.

THE “OBRA DA RUA” IN AFRICA:  
BRIEF MARKS OF AN INDELIBLE PRESENCE (CA. 1960-CA. 2000)

**Abstract:** The history and evolution of the “Obra da Rua or Obra do Padre Américo” in the Portuguese mainland is an expression, even today, of the visionary and truly inspiring audacity of its founder, and of the perennial validity of the pedagogical and assistance principles conveyed and applied therein. And if it is fair that Father Américo Monteiro de Aguiar (1887 – 1956) should be pointed out as the great protagonist of such dynamics, sowing and seeing the “Casas do Gaiato” and other valences of his Work in different latitudes of Portugal in the 1940s and 1950s, the same cannot be said about the fruits whose African seed was only possible to launch remotely. Thus, in an attempt to weave together some of the threads, perhaps dispersed, of what could be a sketch of a “history of the foundation of Obra da Rua in Africa”, some of the fundamental chronological-spatial landmarks of this “leap” taken by the “Padres da Rua” will be identified. Outside of this analysis will necessarily be the most recent times, on which

we do not yet seem feasible a correct exegesis of the successes and failures verified. The hope remains, therefore, that this exploratory exercise will at least make more evident the relevance and indelible legacy of such a project in the history of the communities where it has been implanted.

**Keywords:** *Obra da Rua*, Father Américo, Africa, Angola, Mozambique.

## A OBRA DA RUA EM ÁFRICA: CRÓNICA DE UMA FUNDAÇÃO (CA. 1960-CA. 2000)\*

LUÍS LEAL\*\*

Os últimos anos da década de 50 do século passado foram anos particularmente difíceis para a Obra da Rua. Tempos de profunda tristeza e «dura provação»<sup>1</sup>, causada pela morte do seu fundador, Padre Américo Monteiro de Aguiar (1887-1956), e de um certo “vazio” que tal ausência provocou no horizonte daqueles que o mesmo designou como continuadores desse seu projeto educativo-assistencial. Paradoxalmente, e à semelhança do que não poucas vezes ocorrera na densa trama biográfica do fundador, este período foi também sinónimo de um verdadeiro renascimento e «fundadas esperanças»<sup>2</sup> para esta dimensão do seu multifacetado legado. Com efeito, a decisão dos Padres José Maria Costa (1933-2016), José Telmo Ferraz (1925-) e Manuel António Pereira (1934-2020), tomada em perfeito concerto com o então diretor da Obra da Rua – Padre Carlos Galamba (1925-2011) – e demais Padres da Rua de rumarem, respetivamente, a Lourenço Marques (atual Maputo, Moçambique), a Malanje e a Benguela (Angola), para aí darem início aos trabalhos de construção de novas Casas do Gaiato constitui o momento principiador de uma verdadeira epopeia, quer nos situemos no plano individual (destes e de outros protagonistas que se lhes juntaram, como veremos adiante) quer no horizonte institucional da própria Obra da Rua.

Folheando o jornal *O Gaiato* e cotejando os relatos que os próprios personagens citados nos deixaram das suas tão ricas experiências, marcadas não só pelas suas parcas vitórias mas também por penosas derrotas, é-nos possível reconstruir esta já longa história da concretização de um «sonho [por eles] convertido em rosas»<sup>3</sup> do seu fundador – de ver alargado para terras africanas o espectro da ação pedagógico-assistencial da Obra da Rua. Com efeito, num período da História,

---

\* O presente texto resulta, *grosso modo*, da revisão das notas apresentadas pelo Autor na sessão de 15 de novembro do “Seminário de História Religiosa – Porto (2021)”, organizado pelo Centro de Estudos de História Religiosa – UCP, e que teve como tema geral “O Catolicismo Português em diáspora: Agentes, instituições e sensibilidades religiosas”.

\*\* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal.

<sup>1</sup> GALAMBA, Padre Carlos – Um bocadinho de história. *O Gaiato*. (4 set. 1982) 4.

<sup>2</sup> GALAMBA – Um bocadinho de história.

<sup>3</sup> FERRAZ, Padre Telmo – Sinais. *O Gaiato*. (28 mar. 2020) 4.

portuguesa e africana, em que “concordia”, “liberdade” e “esperança” eram conceitos de diminuta concretização real, esta materialização do “rosto africano” da *Obra da Rua* é sobretudo expressão de uma profunda liberdade e liberalidade, quer da instituição enquanto tal, quer dos agentes nela envolvidos e que são seus protagonistas: os Padres da Rua, os jovens gaiatos e todos aqueles que os acompanharam nessa “missão”.

Plenamente enxertados naquele seu contexto, não devemos considerar estranho que também nesses relatos e memórias se encontrem alguns dos traços e diatribes ideológico-políticas suas coetâneas. Os fios da História, de Portugal e de África, que identificamos nesses relatos, são aqui entretecidos pelas micro-histórias das suas idas e vindas, dos avanços e recuos, das circunstâncias, vicissitudes e sucessos que o seu ser e agir (de homens, cristãos e padres) inspiram e impelem, também sempre fiéis à mesma lógica que transparece dos escritos de Padre Américo, seu “mestre” e inspirador. Munidos da terminologia do tempo, os autores dos textos aqui tidos como fontes para esta análise mantêm, desse modo, sempre aberta uma porta hermenêutica aos leitores. Essa é uma porta que se escancara para uma mensagem que é tanto de denúncia como de apelo, de esperança como de crítica, de conforto como de revolta, mas sempre profundamente arreigada, nas suas linhas e/ou entrelinhas, no contexto político, económico, social, religioso e cultural em que os autores aparecem imersos. Sem de todo obedecerem (pois tal preocupação não os caracteriza) às regras e modelos tradicionais da escrita da História, estes textos, embora permitam uma relativamente fácil inscrição espaço-temporal, acabam por exigir um particular esforço de sistematização dos dados factuais neles relatados, para o qual concorrem duas opções aqui tomadas: incluir algumas notas explicativas de tais contextos e uma mais abundante transcrição de excertos ilustrativos.

Posto isto, diríamos que o que aqui se pretende apresentar será, pois, uma tentativa de reconstrução dos atrás referidos relatos (sejam os institucionalmente assumidos, sejam os autobiograficamente considerados) acerca desta “epopeia”, em perspetiva diacrónica, desde a sua chegada ao território africano em inícios de 1960, até aos inícios de 1990, data do seu regresso (após um período de “exílio” forçado pela nacionalização das Casas, no contexto das mutações político-sociais verificadas dez anos antes). Deste modo, tentar-ser-á evidenciar a profunda inscrição e relevância históricos de todo o “projeto, memória e legado” da *Obra da Rua*, desta vez na sua “face africana”. Assim, e não descurando outras (possíveis) “motivações” ou “interesses” exógenos para tais sucessos, dar-se-á aqui primazia ao olhar e viver “a partir de dentro”, das vidas individualmente consideradas e da própria instituição em causa, sem deixar de, sempre que possível, averiguar e concretizar as visões e considerações “externas” que sobre uns e outros incidiram.

Como base orientadora, teremos de considerar as informações divulgadas pela própria instituição, nomeadamente as invocadas à hora de divulgar a sua

história e identidade. Com efeito, no livro *Obra da Rua*, pela mesma editado, aparecem-nos três blocos textuais que apontam às três grandes fases desta história, e que nos permitem estabelecer um “quadro cronológico mínimo” de compreensão da sua evolução.

Em primeiro lugar temos uma «Nota da Editorial»<sup>4</sup> sobre as Casas do Gaiato de Benguela, Malanje e Lourenço Marques, complementada com uma série de artigos cotejados do jornal *O Gaiato*, através dos quais nos são enunciados alguns dos marcos essenciais da primeira fase desta evolução, desde a fundação das ditas Casas, na década de 1960, à sua suspensão/nacionalização, em setembro-novembro de 1975, no quadro da guerra e da declaração de independência de Angola e Moçambique<sup>5</sup>.

Mais adiante, nas páginas 191 a 193, uma «Breve história da Obra da Rua em Angola», que mais não é do que a adaptação (leia-se: publicação não integral) de um artigo-síntese da autoria do Padre Manuel António intitulado simplesmente «África», publicado em 1982<sup>6</sup>, e que apresenta, como o novo título bem resume, uma muito breve síntese pessoal da história das Casas do Gaiato de Benguela e Malanje.

Finalmente, uma segunda «Nota da Editorial» (pp. 197-198) assinala o regresso, em maio de 1992, da Obra da Rua a África, desta vez com amplo apoio das autoridades civis e eclesíásticas autóctones, ideia bem expressa no título eleito para o primeiro texto compilado: «África chama de novo pela Obra da Rua»<sup>7</sup>.

Mais recentemente, a *Obra da Rua* publicou uma «singela Revista» a assinalar os «cinquenta anos decorridos sobre a fundação» daquelas casas, uma publicação em que se repete o exercício de compilar alguns textos/artigos já publicados (quer n’*O Gaiato* quer no volume *A Obra da Rua*)<sup>8</sup>.

Contudo, e porque tais relatos apenas exprimem ora uma versão “condensada” da narrativa histórica a reconstruir ora uma perspetiva muito pessoal dos acontecimentos (com uma notória preponderância para a sua dimensão “micro”, apenas a espaços contextualizada numa perspetiva/horizonte mais abrangente), será necessário valermos-nos de outros dados e fontes, endógenas e exógenas ao Jornal *O Gaiato* e à correlativa bibliografia publicada pela editorial da Obra, de modo a ser possível quer o preenchimento dos múltiplos “espaços de silêncio” que tais relatos transverberam, quer o aprofundamento de outras questões de

<sup>4</sup> *Obra da Rua*, 5ª edição actualizada. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 2012, p. 141-142.

<sup>5</sup> *Obra da Rua*, p. 189-190.

<sup>6</sup> ANTÓNIO, Padre Manuel – África. *O Gaiato* (24 jul. 1982) 1.4.

<sup>7</sup> *Obra da Rua*, p. 199-201. O texto é adaptação (e com título diferente) de *Padre Manuel António. De Paço de Sousa a Benguela. Crónicas escolhidas e documentário fotográfico*. 1ª ed., Paço de Sousa: Editorial Casa do Gaiato, 2021, p. 223-224.

<sup>8</sup> Referimo-nos aqui, em concreto, à publicação intitulada *A Obra da Rua – 50 anos em Angola*. [Paço de Sousa]: [Editorial da Casa do Gaiato], 2014.

particular relevância na compreensão da evolução histórica do projeto, memória e legado em análise.

## 1. A Obra da Rua em África: primórdios de um sonho-projeto

Invoque-se ainda um outro pressuposto metodológico que, em si mesmo, é expressão da própria mundividência dos autores aqui em questão e que, como tal, concretiza o horizonte hermenêutico mais favorável à nossa compreensão do que por eles nos é narrado.

Com efeito, um dos pontos fundamentais a considerar na análise de qualquer dimensão ou aspeto relativo à Obra da Rua/Obra do Padre Américo e à sua história é o da necessidade de enquadrar tal dimensão/aspeto no âmbito da personalidade, pensamento e legado do seu fundador, algo que, em nosso entender, constitui mesmo uma das características distintivas deste projeto assistencial-pedagógico: o de não surgir como fruto de uma reflexão teórica-abstrata, a que se segue a respetiva aplicação-concretização “no terreno”, De facto, o terreno que pisamos não poderia estar mais distante de tal metodologia, pois aquilo a que aqui se remete ser o “projeto africano” de Padre Américo é antes o resultado das suas múltiplas intuições e “inspirações”, buriladas pelo transcurso dos tempos e à força das fricções societárias (pessoais e institucionais) por ele assumidas e vividas no interior das suas Casas do Gaiato e na qualidade de seu inspirador, fundador e primeiro diretor. Assim, o que uma leitura atenta dos escritos de Padre Américo e da evolução da sua Obra nos atesta é que, mais do que à concretização de um plano previamente estabelecido e minuciosamente programado, tal evolução obedece antes à permanente atenção, perspicácia e disponibilidade para “ir a jogo”, também na interação (provocadora, disruptiva ou cooperante) com outras instituições e iniciativas (políticas, religiosas, sociais, culturais) suas coetâneas. Por isso é que, para nos dar a conhecer esta sua obra e os seus princípios orientadores, Padre Américo resistiu a deixar-nos um qualquer “Regulamento” (à exceção do relativo às casas do “Património do Pobres”<sup>9</sup>); os seus “Relatórios”<sup>10</sup> não obedecem nem aos critérios nem à estrutura dos formulários habitualmente requisitados pela máquina burocrática estatal; as suas “prestações de contas”<sup>11</sup> apresentam ora “*déficits*” ora “*superavits*” de muito difícil mensurabilidade contabilística, pelo que o Tribunal das ditas acabou mesmo por dispensar a sua

---

<sup>9</sup> AGUIAR, Américo Monteiro de – *Regulamento do Património dos Pobres (Opúsculo)*, 1ª ed. Paço de Sousa: Tipografia da Casa do Gaiato, 1951.

<sup>10</sup> Cfr. AGUIAR, Américo Monteiro de – Relatório da “Obra da Rua”. *O Gaiato*. (3 set. 1946) 1; AGUIAR, Américo Monteiro de – Um relatório. *O Gaiato*. (27 mar. 1954) 2, entre muitos outros exemplos.

<sup>11</sup> Cfr., a título de exemplo: AGUIAR, Américo Monteiro de – Contas. *O Gaiato*. (12 abr. 1952) 1.

apresentação<sup>12</sup>. Sendo esta uma «Obra de rapazes, para rapazes, pelos rapazes», como justamente reza o seu lema, também uma qualquer aproximação descritiva/narrativa do que se pretenda que se assemelhe ou aproxime a um relato histórico da sua origem e evolução não poderia deixar de espelhar a mundividência e idiossincrasia do seu fundador, especificamente destiladas nos dinamismos (teóricos e práticos, teológicos e pedagógicos, organizativos e mesmo arquitetónicos) que este nela imprimiu e inspirou. É por isso que, quando encontramos alguma síntese interpretativa de todo este seu percurso histórico como aquela a que atrás se fez referência, os autores das fontes aqui em presença – Padres da Rua ou mesmo Gaiatos que assumem o papel de “cronistas” desta mesma história<sup>13</sup> – mantêm-se fiéis a um tom que lhes é muito característico, porque densamente marcado pelo estilo do seu fundador:

«Um sonho de Pai Américo que se tornou realidade, sete anos após a sua partida para o seio do Pai Celeste: A Obra da Rua estendia seus ramos sobre África e fundava duas Aldeias – Casas do Gaiato – em Angola. Não é fácil fazer a história destas fundações. O mais importante faz parte do património vivencial dos que mais de perto viveram o nascimento e crescimento destas comunidades. Geradas, primeiro, no coração de Pai Américo, nasceram, depois, no coração de seus continuadores e vieram à luz do dia no tempo oportuno. São assim as Obras de Deus: constroem-se no coração e só depois vêem a luz»<sup>14</sup>.

Isto significa dizer que, quando aqui se recorre ao termo “projeto” para condensar o dinamismo gestativo desta face africana da Obra da Rua, não poderemos fazer uma leitura literal do termo, pois, como sempre ocorre com todas as demais “intuições” e iniciativas que estão na base da evolução desta instituição, o dito dinamismo obedece sobretudo a uma lógica de questionamento/problematização (imposta pela realidade social coetânea) e subsequente resposta – primeiramente incipiente, mas que paulatinamente se vai estruturando e densificando – em ordem à resolução (pragmática) do problema suscitado. Por isso, querendo investigar onde assentam os primórdios desta iniciativa, teremos que, em consonância do que atrás se referiu, orientar a atenção para a própria biografia de Padre Américo, mormente na sua fase – também ela – “africana”.

<sup>12</sup> Cfr. AGUIAR, Américo Monteiro de – Uma sentença. *O Gaiato*. (21 jun. 1952) 1. No texto, pode ler-se: «É do Tribunal de Contas Ei-la: Para os devidos efeitos tenho a honra de comunicar que o Tribunal de Contas, em sua sessão de 27 do corrente, deliberou que, dada a natureza dessa instituição, não há que sujeitar ao julgamento do mesmo Tribunal quaisquer contas. Não tem, portanto, que remeter a esta Direcção – Geral a conta do ano de 1951, nem quaisquer outras. Não é protecção. Não é favor. Não é simpatia. Muito menos privilégio. Não podia nunca ser uma coisa nem outra. Trata-se de um Tribunal. Ali são juizes. À natureza da obra responde a natureza da justiça. Eis».

<sup>13</sup> Cfr. TELES, António – Crónica do Ultramar. *O Gaiato*. (17 mar. 1951) 3.

<sup>14</sup> GALAMBA – África, 1.

Com efeito, as regiões moçambicanas do Chinde e Lourenço Marques são-lhe desde há muito tempo bem conhecidas, pois ali viveu durante 16 anos: a 19 de novembro de 1906, com 19 anos de idade, Américo parte de Lisboa em direção a Moçambique, ao encontro do seu irmão Jaime Aguiar, já emigrante por aquelas terras. Aí trabalhou como despachante alfandegário, e teve até, de acordo com a descrição de Padre Manuel Mendes (atual Padre da Rua, diretor da Casa do Gaiato de Miranda do Corvo),

«[...] uma carreira comercial de sucesso [...]. De 1907 a 1921 foi um funcionário competente da firma inglesa The British Central Africa. Ganhava muito dinheiro [e] a sua carreira profissional progrediu de tal forma que um seu companheiro de trabalho lhe chamou de *lucky man*»<sup>15</sup>.

Não obstante, os frutos mais saborosos da sua estadia por terras africanas não se resumem ao campo económico-financeiro: foi o seu encontro ocasional, em 1914, na cidade da Beira, com o padre franciscano Rafael Maria da Assunção, que lhe haveria de voltar a «rasgar o seu horizonte vocacional»<sup>16</sup> e, desse modo, imprimir um novo ritmo ao seu viver. À turbulência e apreensão existenciais que a 1ª Guerra Mundial lhe suscitavam, somava o jovem Américo uma agitação e questionamento interiores. Com efeito, foram os múltiplos e demorados encontros com o seu (cada vez mais) amigo e confidente Padre Rafael que acabaram por reacender essa chama que julgara definitivamente extinta: o seu desejo de ser padre. Nessa altura,

«Américo de Aguiar parecia um homem “fugido de si mesmo”, segundo o Padre Avelino Soares, e sujeito de uma “vida atribulada”, como escreveu. Em 1921, [ess]a insatisfação profissional levou-o a Lourenço Marques, onde trabalhou na casa alemã Breyner & Wirth. Nesse ano morreu o seu pai [acontecimento que lhe deixou profundas marcas]. Agudizou-se [depois] uma crise de índole espiritual. Os colóquios com o Padre Rafael tornaram-se mais intensos a partir de 1922. Ao acompanhá-lo no seu discernimento, activou uma inquietação pré-existente e abriu-o ao Senhor – o “Caminho da Luz”, como deixou escrito»<sup>17</sup>.

Após uma breve estadia na Madeira, do posterior regresso ao continente e de uma infrutífera viagem de negócios a Inglaterra, Américo experimenta, em

---

<sup>15</sup> MENDES, Manuel António dos Santos Carvalho – Padre Américo! Pai Américo. *Humanística e Teologia*. XXXI, n.º 1 (2010) 233-34.

<sup>16</sup> MENDES – Padre Américo!, 233.

<sup>17</sup> MENDES – Padre Américo!, 233.

«Julho de 1923 [...] uma [primeira] martelada, segundo a sua própria expressão. Tinha 35 anos. Hesitava no seu regresso a África e chegou a comprar passagem para Lourenço Marques. Em Lisboa, impressionou-se com uma revista onde apareciam padres franciscanos. Procurou aconselhar-se com o Padre Dr. Avelino Soares, seu antigo companheiro de escola e Pároco de Penafiel. Mas esse amigo tentou dissuadi-lo. Disposto a voltar a Moçambique, fez as malas e seguiu para Lisboa. Porém, à última hora Deus desferiu o golpe final no seu coração, através de outra martelada. Confessou que não resistiu mais»<sup>18</sup>.

Terminava ali a história de Américo-comerciante; começava ali a do Américo-noviço franciscano, depois seminarista de Coimbra, etapas do seu caminho até ao presbiterado. De acordo com o que sabemos da biografia de Américo Monteiro de Aguiar, nos anos imediatamente seguintes ao seu regresso definitivo a Portugal, as suas atenções estiveram integralmente concentradas na prossecução desse seu sonho vocacional. Nisso mesmo se empenhou (apesar de múltiplas e graves contrariedades com que se deparou), até que pôde exclamativamente assinalar (também na assinatura a partir de então adotada), aos 41 anos, a 28 de julho de 1929, finalmente, que «Américo, padre!» era expressão de um velho desejo concretizado. Quanto ao “desvio africano” do seu trajeto biográfico, fazendo fé no testemunho de Moreira das Neves, o próprio Padre Américo resumia nestes termos esse período da sua vida: «[foram] perdidos os anos passados em África: em negócios e boémias que lhe dispersavam o espírito e deixavam o coração vazio»<sup>19</sup>.

Após a sua ordenação presbiteral, segue-se um breve período de indefinição quanto ao seu rumo, culminado pela assunção da responsabilidade na orientação da “Sopa dos Pobres” de Coimbra. Daí (19 de março de 1932) à fundação da primeira “Casa do Gaiato” em Miranda do Corvo (7 de janeiro de 1940) foi um período de fervilhação e maturação das respostas aos problemas que as múltiplas experiências e responsabilidades entretanto assumidas lhe suscitavam.

A sua vida de “Recoveiro dos Pobres” e de “Padre da Rua” fez com que só muito mais tarde, em agosto de 1952, «Quando, pois, a Obra da Rua começou a ganhar dentes e a crescer o número dos seus rapazes a lançar na vida»<sup>20</sup> (em janeiro desse ano, contabilizavam-se em 400 os rapazes acolhidos nas várias Casas do Gaiato então em funcionamento<sup>21</sup>), é que foi possível a Padre Américo regressar a Angola e Moçambique.

<sup>18</sup> MENDES – Padre Américo!, 233-34.

<sup>19</sup> NEVES, Moreira das – *O Padre Américo*. Lisboa: Edições Paulistas, 1987, p. 30 (Colecção Homens de Deus; 9).

<sup>20</sup> *Obra da Rua*, p. 141.

<sup>21</sup> Cfr. AGUIAR, Américo Monteiro de – *As nossas contas. O Gaiato*. (2 fev. 1952) 2.

De acordo com as notícias que registam a sua partida<sup>22</sup>, ficamos a saber que deixava a metrópole «em demanda de novos mundos» para os seus rapazes da rua. À data com «[...] sessenta e quatro anos, [Padre Américo vai] pelas rotas já muito por ele batidas»<sup>23</sup>, simultaneamente cansado mas animado pela esperança de reencontrar velhos amigos<sup>24</sup>. Mas o que o estimula profundamente são as portas abertas pelo então Governador Geral da Província de Angola, José Agapito Montalvão da Silva Carvalho (Chaves, 1897 – Lisboa, 1957), que, dando seguimento às suas diligências, lhe transmitira, através de uma carta de fevereiro desse ano, o seu total interesse e disponibilidade para apoiar a instalação da Obra da Rua naquele território e auxiliar a colocação dos rapazes que para lá forem enviados. A alegria de Padre Américo era inextinguível:

«Nós chegamos a uma altura da Obra em que os rapazes na casa dos vinte se vão multiplicando, com tendências a subir. Muitos deles não, mas alguns são perfeitamente aptos a tomar sobre si grandes responsabilidades e, por vezes, sobem ao meu escritório a declarar o seu desejo. Eles querem ir para África. Ouvem falar. Sentem. O desconhecido chama por eles; “mande-me para a nossa África”. Eu oiço. Faço-lhes perguntas. Experimento; e não vou mais longe. Nem sequer prometo. Como poderia fazê-lo? Ele é verdade que nós, até hoje, não temos experimentado grandes dificuldades em colocar os nossos rapazes. Mais. Nós somos procurados. O Comércio e a Indústria esperam por Julho, quando temos gente fresca a sair das escolas das nossas aldeias. Neste ponto, não tem havido razões de queixa. Somos felizes. Mas África é muito mais. África portuguesa, é o sítio indicado para esta classe de rapazes. É ali que eles devem dar provas e gastar a sua vida. Sim. Eu escutava a súplica. Compreendia-lhes um desejo que condizia perfeitamente com o meu, e nem sequer me atrevia a balbuciar a promessa! Se com todos é verdade, aos meus, não desejo nunca prometer o que se não pode realizar. E a carta chegou. A notícia chegou! Nesta altura da minha pobre vida, devia estar já à prova dos sucessos e dos fiascos. Devia sim senhor. Pois não. Fui para a cama e não dormi! Uma noite em claro! Clarinho!

Dentro em breve conto ir a Luanda beijar a mão ao Governador da Província a quem só pela carta conheço. O Ultramar necessita de nós e Luanda, por mais pertinho, vem primeiro. Moçambique é mais distante. A luz desta Província é emprestada. A sua maior força vem de outras gentes; J’burg, Rodésias, Niasalandia. Angola não. Angola não senhor. Ali somos nós. Mais riqueza. Justifica-se a presença de um Lar do Gaiato em terras de Angola e parece que Deus me não quer chamar, sem primeiramente lançar o seu fundamento. É evidente que nós não podemos mandar todos os nossos; são mesmo mui poucos os capazes. Mas ainda assim, já vamos tendo. Uma coisa é certa; só se apresentarão rapazes feitos nas

<sup>22</sup> Cfr. AGUIAR, Américo Monteiro de – A caminho de África. *O Gaiato*. (30 ago. 1952) 4.

<sup>23</sup> Olhos nos meus óculos. *O Gaiato*. (16 ago. 1952) 1.

<sup>24</sup> Cfr. AGUIAR, Américo Monteiro de – Em vésperas de embarcar. *O Gaiato*. (5 jul. 1952) 2.

Casas do Gaiato. Tenho razões para supor que, ao saber-se esta notícia, não hão-de faltar os milicianos; rapazes a pedirem-me que os pinte de gaiatos. Não hão de faltar cunhas, luvas. Tudo. Não vale a pena. É inútil. A confiança do Governo de Angola tem de ser paga com a nossa confiança»<sup>25</sup>.

No ano seguinte (1953), haveremos de encontrar, num outro artigo da sua pena, como que uma avaliação desta jornada (terá partido em agosto e regressado em outubro de 1952):

«Filhos criados trabalhos dobrados. Por amor deste rifão, lancei-me a caminho de África ver os filhos que já lá tenho e estudar a possibilidade de mandar outros. [...] Tivesse eu ido com o fim de angariar dinheiro, causaria mais aborrecimento do que entusiasmo. Mas não. Eu fui dobrar os meus trabalhos. Começamos pela Ilha de Moçambique. Ali está o António Simões, estabelecido com uma Alfaiataria. [...] Passemos ao Luabo, aonde se encontram o [António] Teles e o Amadeu, ao serviço da Sena Sugar. Estes dois rapazes são a ponte e de tal maneira abriram as portas, que eu tenho comunicação superior de enviar para lá quantos, como e quando quiser!<sup>26</sup> [...] E por remate destas boas notícias, a Obra da Rua, por meu intermédio e sucessores, está autorizada a propor e enviar para ali rapazes!! Isto é que se chama angariar. Aqui temos o sentido pleno da minha viagem. Assim se dobram os trabalhos. Em Lourenço Marques, só tenho a dizer bem do Manuel e do Barros e José Reis. [...] Deixemos estes seis na Província de Moçambique. Passemos ao Congo Belga, aonde o Cordeiro é mecânico de boa classe e paremos em Luanda. Aqui temos o Francisco carpinteiro, o César tipógrafo, o Herculano mecânico, o Amadeu carpinteiro e o Carlos Alberto mecânico. Tirando este, solteiro, todos os mais são casados com filhos e mui felizes, alguns têm feito embarcar pessoas e suas famílias, a quem arranjam colocação. Vivem desfogadamente. Fazem pé de meia. Eu estive nas casas deles. [...] Tudo isto é verdade. Tudo isto é maravilhoso. Tudo isto é um crédito para cada um destes rapazes que se fizeram alguém. Tanto o Governador de Lourenço Marques [à data, Gabriel Maurício Teixeira (Funchal, 1897-1973)] como o de Luanda [o já referido José Agapito da Silva Carvalho], me quiseram

<sup>25</sup> Cfr. AGUIAR, Américo Monteiro de – Uma carta. *O Gaiato*. (16 fev. 1952) 1.

<sup>26</sup> Com efeito, logo no ano seguinte Padre Américo dava nota do envio de mais gaiatos para as várias casas africanas, sempre com os mesmos propósitos e missão. Cfr. AGUIAR, Américo Monteiro de – Mais um. *O Gaiato*. (28 mar. 1953) 2; AGUIAR, Américo Monteiro de – Outro. *O Gaiato*. (23 mai. 1953) 2. Na edição nº 501 (25 de maio de 1963) d' *O Gaiato*, o “balanço” era feito nos seguintes termos: «São precisamente vinte e quatro os nossos rapazes que actualmente servem a Pátria no Ultramar. Tivemo-los na Índia. Há um em Macau. Vários em Moçambique, Angola, Guiné e um marinheiro que faz escala muita vez pelo mar de Cabo Verde. Ocupamos o mundo português. São precisamente vinte e quatro, porque o “Pataco” regressou há dias. Estão mais alguns dos da primeira hora prestes a regressar, outros se apresentam agora à recruta e, naturalmente, a maioria irá render os irmãos mais velhos que ora regressam ou estão em vésperas de regressar. Alguns põem-me o problema de ficar. Eu digo sempre que sim e alento-os. Mas a experiência deles nem por isso os ajuda muito à decisão». – Cfr. África – Nota da Redacção. *O Gaiato*. (25 mai. 1963) 4.

receber, tendo nós conversado das possibilidades de mandar sangue novo para as duas Províncias. Nós temos de trabalhar no sentido de fazer uma ocupação com gente apta, para assim afirmarmos as qualidades da nossa raça. É absolutamente necessário que o Indígena nos admire e nos respeite. [...] Dentro de pouco tempo esperamos ver erguida de raiz, na cidade de Luanda, a primeira residência dos gaiatos. Digo primeira, porquanto, assim como o Governador de Angola, também o de Moçambique nos há-de levantar uma. Não me sentisse eu tão cansado, que já desta vez teria ido pelo interior, escolher terreno e ver condições de vida para os nossos rapazes da Enxada»<sup>27</sup>.

«A Obra da Rua, por meu intermédio e sucessores, está autorizada a propor e enviar para ali rapazes!! Isto é que se chama angariar. Aqui temos o sentido pleno da minha viagem». Com o apoio explícito das autoridades políticas e a disponibilidade manifesta dos seus velhos conhecidos do mundo dos negócios, Padre Américo envia, naqueles anos, vários dos seus rapazes, promovendo uma «ocupação com gente apta».

Assim animado e convencido da validade deste seu propósito, Padre Américo planeou depois fazer uma nova viagem em 1956, na companhia de Júlio Mendes e de um dos seus padres, mas a morte surpreendeu-o<sup>28</sup>, a ele e a todos os que dele ou da sua Obra haviam já ouvido falar, ao ponto de, à época, o seu ter sido considerado o maior funeral que alguma vez a cidade do Porto pôde testemunhar<sup>29</sup>.

Tal como referíamos no início, paradoxalmente (ou talvez não), estes foram anos em que os Padres da Rua se viram rejuvenescer: em 1957 ingressam na Obra o já citado Padre Manuel António [da Silva Pereira] (que mais tarde assumiria a orientação dos trabalhos de fundação da Casa do Gaiato de Benguela) e o Padre Acílio [da Cruz Fernandes] (que permaneceria em Portugal, na dinamização do “Património dos Pobres”)<sup>30</sup>. Parece, uma vez mais, cumprir-se «a Palavra [do fundador]: – Quando eu morrer é que a Obra vai crescer»<sup>31</sup>.

---

<sup>27</sup> AGUIAR, Américo Monteiro de – Do real objectivo da minha viagem. *O Gaiato*. (1 ago. 1953) 2.

<sup>28</sup> *Obra da Rua*, p. 141.

<sup>29</sup> Cfr. ALMEIDA, António Ramos de – A cidade do Porto está ainda em estado de choque emocional. [artigo publicado no *Jornal de Notícias* de 19-07-1956]. In SANTOS, José da Cruz, coord. – *Padre Américo. Páginas escolhidas e documentário fotográfico*. Porto: Casa do Gaiato/Obra da Rua; Modo de Ler, 2008, p. 11-16.

<sup>30</sup> Cfr. VV. AA. – Mais dois “Padres da Rua”!. *O Gaiato*. (24 ago. 1957) 2.4.; ACÍLIO, Padre – Padre Manuel António. *O Gaiato*. (19 dez. 2000) 4.

<sup>31</sup> *Padre Manuel António*, 177.

«Os três [Padre Horácio<sup>32</sup> e Padre Luís...] e eu [Padre Carlos Galamba] que ficámos, órfãos, de pouca idade, sem experiência, sem prestígio, sem outra força que não fosse a da própria juventude e a do ideal que nos animava, estre-meciámos de cansaço após um ano de luta extraordinariamente dura, a cuja lem-brança ainda hoje estremeço. Adivinhava-se, pois, a emoção com que recebemos Padre Manuel [António] e Padre Acílio! Mais dois, em três – foi uma riqueza! E foi um princípio de crescimento, a marcar um segundo tempo da Obra, após o Fundador; e a esclarecer os que previam a morte dela com a morte dele, que a Obra não era dele, mas de Deus! Porque se assim não fosse, tinham muita razão para os seus presságios!»<sup>33</sup>.

No ano seguinte, a 16 de agosto, seria a vez do Padre José Maria: «Chega no Morris, juntamente com o Sr. Padre Carlos [Galamba], o neo-sacerdote, novo cireneu que vai ajudar a levar a grande cruz da Obra da Rua, pesada herança legada por Pai Américo que hoje goza o fruto das noites de insónia, sacrificos sem conta»<sup>34</sup>.

Estavam, assim, renovadas as forças e os ânimos para que a Obra da Rua pudesse, finalmente, dar o tão desejado “salto para África”. Isto significa dizer, por conseguinte, que somos chegados a um segundo momento desta exposição, onde se tentará descrever, sumariamente, como ocorreu a fundação das Casas do Gaiato de Angola e Moçambique.

## 2. A Obra (da Rua) nasce em África: breve cronografia

### 2.1. Das primeiras “viagens prospetivas” aos derradeiros preparativos (1960-1963)

Repetindo o “*modus operandi*” e o “espírito” com que o seu fundador enca-rava e empreendia este tipo de deslocções, os Padres da Rua rumam, em 1960, a África, com o objetivo assumido de «dialogar com todos os que nos esperam e nos amam; para rever os nossos que, entretanto, ali se tinham fixado; e para procurar colocações para os muitos que se vão criando»<sup>35</sup>. Com efeito, «Não levávamos ainda bem definido o pensamento de estabelecer a Obra da Rua no Ultramar; mas trouxemos apelos vários nesse sentido e um desejo forte de lhes corresponder»<sup>36</sup>. Contudo, na sua bagagem traziam igualmente um grito que é

<sup>32</sup> Padre Horácio (1924-2000), foi responsável da Casa do Gaiato de Miranda do Corvo e do Lar do Gaiato de Coimbra, desde 29 de setembro de 1950 até 20 de junho de 1992, bem como o dinamizador do “Património dos Pobres” dentro do esquema organizativo da Obra. Ver: *Padre Horácio Crónicas escolhidas e documentário fotográfico*. Porto: Modo de Ler, 2020.

<sup>33</sup> GALAMBA, Padre Carlos – 16 de Julho. *O Gaiato*. (15 jul. 2000) 1.

<sup>34</sup> Cfr. DANIEL – Mais um Cireneu. *O Gaiato*. (23 ago. 1958) 2.

<sup>35</sup> *Obra da Rua*, p. 142.

<sup>36</sup> *Obra da Rua*, p. 142.

expressão simultânea quer da sua muito aguda compreensão do seu lugar e missão (também no que ao exercício da sua cidadania política diz respeito), quer da sua permanente atenção e disponibilidade para atender aos verdadeiros problemas das pessoas com que se cruzam: «Regressámos, em 60, cheios – como mágoa própria – da queixa magoada do olvido inconsciente a que os portugueses de cá votavam as Províncias de lá»<sup>37</sup>.

Os anos de 1960 e 1961 são de amadurecimento da ideia, anos de muito balancear entre a esperança da chegada de mais um padre à Obra da Rua<sup>38</sup> e a séria preocupação que o ambiente político de então suscitava. Com efeito, o início da Guerra do Ultramar em Angola (fevereiro-março de 1961)<sup>39</sup>, a primeira das guerras da independência das colónias portuguesas que haveriam de manchar de sangue os territórios da Guiné-Bissau (a partir de 23 de janeiro de 1963) e Moçambique (25 de setembro de 1964), não constituiria, de acordo com um plano estratégico que se supusesse devidamente avisado, o melhor contexto para encetar os esforços a tão importante empresa. Contudo, habituados e inspirados pelo seu fundador a nada temer quando se trata de propagar o Evangelho e lutar pelos direitos dos mais pobres, os Padres da Rua manifestam um entendimento bem diferente de toda aquela circunstância.

Assim, em junho de 1962<sup>40</sup>, os padres Carlos Galamba e Horácio fazem nova viagem a Angola para «escolher o lugar da fundação de uma Casa do Gaiato»<sup>41</sup>. Move-os a vontade de se fixarem em Malanje, o seu «primeiro amor» quando chegaram pela primeira vez àquelas paragens. De acordo com o testemunho de D. Manuel Nunes Gabriel (1912-1966), então bispo daquela região e autor da única História daquela diocese ainda hoje existente:

«A iniciativa da “Casa do Gaiato de Culamuxito” partiu do próprio director da Obra da Rua em Portugal, Padre Carlos Galamba, que em 1962 manifestou o desejo de estender até Angola a “Obra do Padre Américo”. Estudada a finalidade da Obra e ouvidas pessoas que conheciam a região, todos foram unânimes em declarar que o local preferido era uma antiga fazenda de Culamuxito, a uns 8 kms. de Malanje, junto à estrada Luanda-Malanje. [...] No “cacimbo” daquele ano, o Padre Carlos Galamba visitou o local e, à promessa dum subsídio do

---

<sup>37</sup> *Obra da Rua*, p. 142.

<sup>38</sup> *Obra da Rua*, p. 142.

<sup>39</sup> Cfr. WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René – *História de Angola*. 6ª ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2016, p. 249-74; SCHUBERT, Benedict – *A Guerra e as Igrejas. Angola 1961-1991*. Switzerland: P. Schlettwein Publishing, 2000, p. 63-66.

<sup>40</sup> *Obra da Rua*, p. 142.

<sup>41</sup> *Obra da Rua*, p. 144-45.

Instituto de Assistência Social de Angola, procedeu-se às necessárias diligências para a aquisição da propriedade que pertencia a particulares»<sup>42</sup>.

Quanto à ideia da Casa do Gaiato de Benguela, justifica-se esta por uma outra razão – de natureza estritamente “mundana”, mas que os Padres da Rua igualmente interpretam “teologicamente” –, e que diz respeito a um dos “apelos vários” trazidos na bagagem da sua viagem e aos quais sentiam necessidade de dar resposta. Mais concretamente, os Padres da Rua davam acolhimento à vontade expressa pelos locais no sentido de que deveria ser a Obra da Rua a assumir a coordenação da “Granja dos Rapazes” em Benguela<sup>43</sup>, uma dependência da obra “O Beiral” de que já Padre Américo havia tido anterior conhecimento através da Provedoria daquela cidade<sup>44</sup>, e que já então tinha avaliado como sendo uma iniciativa deveras positiva, atendendo aos princípios orientadores que lhe foram apresentados. Terá sido, certamente, dessa estreita relação (e, porventura, “orientação”) que terá nascido nos responsáveis locais da instituição esta vontade em entregar à Obra da Rua a direção daquela iniciativa.

Não obstante, mesmo com todas estas “facilidades”, não podemos deixar de considerar como algo “estranha” a vontade e ímpeto dos Padres da Rua neste projeto. Com efeito, uma vez mais, e como sempre, o Evangelho aparecia como o seu guia e inspiração primordiais, sobretudo quando o horizonte, geográfico ou temporal, próximo ou longínquo, lhes assomava sobremaneira carregado de dúvidas e inquietações. Fazendo, como sempre foi seu apanágio, uma leitura densamente “teológica” do percurso e evolução, quer das suas biografias quer da história da própria Obra, é com estas palavras que os mesmos Padres da Rua justificam o seu desejo da futura abertura de duas casas em território angolano:

«Quando o ano passado, Padre Horácio e eu fomos a Angola auscultar as possibilidades da nossa instalação ali [...] levávamos no pensamento uma só Casa, já que contávamos somente com o Padre Luís. Mas era errado. Agora vemos quão atrevido seria mandar um só para tão longe do núcleo maternal da Obra, em torno do qual os seus padres se reúnem mensalmente, para, sobretudo, conhecerem melhor a sua vocação – a vocação de Pai Américo – e enriquecerem na unidade o grupo fraterno que constituem. E desde então não mais pudemos conceber que fosse de maneira diferente da que será: dois a dois, como o Mestre fazia»<sup>45</sup>.

<sup>42</sup> GABRIEL, Manuel Nunes – *A Diocese de Malanje*. Malanje: Diocese de Malanje, 1982, p. 245; GABRIEL, Manuel Nunes – *Memórias Missionárias das Igrejas de Malanje, Lunda Norte e Lunda Sul*. 2ª ed. Prior Velho: Paulinas, 2015, p. 233-34.

<sup>43</sup> *Obra da Rua*, p. 142.

<sup>44</sup> Cfr. AGUIAR, Américo Monteiro de – Rumores de África. *O Gaiato*. (18 dez. 1954) 1.

<sup>45</sup> *Obra da Rua*, p. 148.

«Serão pois, em breve, se Deus quiser, duas Casas do Gaiato em Angola, não porque queiramos começar em grande (“A Obra da Rua nasceu pequena... Por isso se tornou tamanha!”), mas porque queremos mandar os obreiros dois a dois, a evangelizar os Pobres, a dilatar o Reino, tal como o Mestre fez, segundo nos relata o Evangelho»<sup>46</sup>.

Tomadas as necessárias diligências formais, era chegado o momento dos derradeiros preparativos para esta “grande aventura”. Além das evidentes necessidades logísticas inerentes a um projeto que se autodefine como uma «grande família»<sup>47</sup> para os rapazes sem família daquelas povoações africanas, o que mais preocupa os Padres da Rua era «a preparação das pessoas; [era esse] o grande problema a resolver»<sup>48</sup>. Intensificam-se, por isso, as avaliações e discussões relacionadas com a «escolha dos rapazes que hão-de ir»<sup>49</sup>. Para os seguidores de Padre Américo, este era um ponto assente:

«Nós não partiríamos sem eles. Não seríamos capazes de uma fundação tão longínqua do berço da Obra se os não tivéssemos para nos acompanharem. Mas quão precioso é que estes dois pequeninos grupos sejam verdadeiramente o fermento que há-de levar a massa dos muitos mais que, recebidos em terra africana, se lhes hão-de juntar!»<sup>50</sup>.

Esta foi uma tarefa «duplamente penosa [...]: Escolher os que nos parecem melhores para a missão que se apresenta e cedê-los das Casas em que ora estão e onde deixam falta»<sup>51</sup>. E, a somar à questão da escolha dos fundadores das Casas do Gaiato angolanas<sup>52</sup>, soma-se uma «alteração no nosso xadrez [organizativo de toda a Obra da Rua]. E como o princípio da inércia é uma realidade de muito peso neste mundo, há sempre estremecimento numa mudança de velocidade»<sup>53</sup>. É certo que, da parte dos Padres propriamente ditos, registou-se, por um lado, uma total disponibilidade e mesmo uma vontade em partir... Mas, no final, e considerando o que entenderam ser melhor para todos, Padre Carlos Galamba esclarece o plano a seguir:

---

<sup>46</sup> *Obra da Rua*, p. 146.

<sup>47</sup> GALAMBA, Padre Carlos – África. *O Gaiato*. (14 set. 1963) 1.

<sup>48</sup> GALAMBA – África 1.

<sup>49</sup> GALAMBA – África 1.

<sup>50</sup> GALAMBA – África 1.

<sup>51</sup> GALAMBA – África 1.

<sup>52</sup> *Obra da Rua*, p. 151–54.

<sup>53</sup> *Obra da Rua*, p. 151–52.

«[...] irá Padre Telmo para Malanje – e fica em região muito sua conhecida dos quase quatro anos que passou em Cambambe. Benguela será a parte de Padre Manuel António – aquele que um ano após a morte de Pai Américo me surgiu qual “anjo do Horto” e me foi, ao longo destes seis anos, precioso companheiro de todos os dias. Para o lugar que ele deixa em aberto virá Padre José Maria que cinco anos consagrou as primícias do seu sacerdócio à nossa difícil Casa do Gaiato do Tojal. Rendê-lo-á Padre Luíz que leva como dote o peso dos seus anos e da sua experiência mais a sua juventude de padre, para cumprir uma nova etapa no sentido de uma Casa “de Rapazes, para Rapazes, pelos Rapazes”»<sup>54</sup>.

Resolvida a questão dos “diretores”/responsáveis de cada uma das Casas, ficava em aberto a questão de quem seriam os rapazes que com eles seguiriam igualmente. E também aqui permanece o mesmo espírito e o mesmo “*modus operandi*” inovadores inspirados pelo fundador da Obra:

«Quem já viu um “corpo docente” dirigido por um padre e composto por 10 rapazes dos 8 aos 25 anos?! Pois é assim constituído cada um dos grupos destinado a cada Casa. Para uma delas vai uma senhora que deixa família, a sua casa, tudo... para participar na santa aventura. Para a outra uma rapariga de 23 anos que acompanha o seu marido (é o seu dever!), mas leva desde a “lua de mel” o encargo de uma família já tão numerosa, longe do seu meio, da sua família, de tudo que lhe fala do passado»<sup>55</sup>.

Homens-padres-formadores mais que habituados a lidar e conhecer de perto a realidade destes jovens, eles estão cientes de que

«Não podemos pensar que o pequeno de oito ou dez anos que foi escolhido e irá, tem a mesma consciência da missão que lhe compete que o rapaz de dezoito ou vinte e quatro anos que também vai. Mas há uma alegria geral em ir, apesar da prevenção das dificuldades inevitáveis, umas já previstas, outras que nos surpreenderão: E tem sido um corropio de pedidos...»<sup>56</sup>.

De modo que todos, mais novos ou mais velhos, partam “sintonizados” com a missão que os espera, promovem-se então dois retiros: um no Lar de Férias de Azurara, onde «tiveram uns dias de convívio com um padre missionário que os informou e esclareceu sobre assuntos de interesse relativos ao Ultramar»<sup>57</sup> e outro no Lar de Férias da Ericeira, mais próximo da data da partida, para «retemperar

<sup>54</sup> *Obra da Rua*, p. 152.

<sup>55</sup> *Obra da Rua*, p. 155.

<sup>56</sup> *Obra da Rua*, p. 153.

<sup>57</sup> *Obra da Rua*, p. 155.

as forças com um dia de Retiro no meio do silêncio [...]. A sós com Deus, longe do barulho do mundo<sup>58</sup>. No fundo, o grande objetivo dos Padres da Rua era incutir nos seus rapazes um propósito que Padre Telmo Ferraz assim concretizou:

«A Obra da Rua vai começar em África! Que Deus afaste de nossos corações a veleidade e pretensão de “fundadores”. Somos os carris ferrugentos que o Senhor pode ou não aproveitar. Vamos para estar disponíveis, para ficar à mão. Vamos para dar testemunho – amando»<sup>59</sup>.

E foi assim que, a 2 de novembro de 1963, a Casa do Gaiato de Paço de Sousa via partir dez dos 183 filhos que então tinha a seu cargo<sup>60</sup>: «Como passaritos que se desprendem a primeira vez do ninho que os viu nascer e se fazem ao largo»<sup>61</sup>. Esperava-os uma longa viagem até à costa angolana, a bordo do paquete misto “Rita Maria”. Em tempos que eram de guerra e sangue, é nestes termos que os Padres descrevem esta sua jornada:

«Connosco vai a intercessão da Igreja Triunfante, genericamente invocada na Festa de Todos-os-Santos e a prece da Igreja Padecente, bem feliz, apesar das suas dores, porque herdeira certa do Céu. Nesta companhia, vamos nós: mais conscientes da nossa qualidade de membros da Igreja Militante, portanto prevenidos e prontos para o grande e pacífico combate ao serviço da dilatação do Reino; e cheios de Fé e de Esperança em que, também um dia, estaremos com os Santos do Purgatório e do Paraíso, adoçados tanto mais no sofrer e coroados com tanto mais esplendor na glória, quantas mais almas pudermos apresentar como troféus da conquista empreendida em nome do Senhor. Este é o significado essencial da nossa ida»<sup>62</sup>.

Exatamente 15 dias depois, a 17 de novembro, a comitiva chega a Malanje, onde são «formidavelmente» acolhidos pelos locais<sup>63</sup>. No dia seguinte, chegam ao Culamuxito, uma «fazenda [que] estava abandonada há muitos anos, mas tinha algum café, casas em más condições de conservação e uma pequena lagoa para rega»<sup>64</sup>. Nessas ruínas (e à imagem do que fizera Padre Américo diante dos destroços da velha Quinta da Torre onde haveria de fazer nascer o

<sup>58</sup> *Obra da Rua*, p. 155.

<sup>59</sup> *Obra da Rua*, p. 157-58.

<sup>60</sup> FERRAZ, Telmo – *Mibangas e Frutos. Vol. I (1963-1991)*. Bragança / Paço de Sousa: Diocese de Bragança-Miranda / Casa do Gaiato, 2013, p. 20.

<sup>61</sup> ANTÓNIO, Padre Manuel; FERRAZ, Padre Telmo – *A Obra da Rua em Angola. O Gaiato*. (9 nov. 1963), I.

<sup>62</sup> *Obra da Rua*, p. 156-57.

<sup>63</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos. Vol. I (1963-1991)*, p. 23.

<sup>64</sup> GABRIEL – *A Diocese de Malanje*, p. 245.



Figura 1 – Ruínas da Aldeia do Culamuxito (futura Casa do Gaiato de Malanje).

[Fonte: GALAMBA, Padre Carlos – África. *O Gaiato*. (14 set. 1963).

“Calvário”<sup>65</sup>), Padre Telmo e companheiros são capazes de “ver mais longe” e de, nas suas próprias palavras, saborear «com deslumbramento o abandono selvagem das avenidas, das árvores, das casas, das matas, dos macacos e da nossa lagoa – que nos encheu de paz... e da bica de água – que nos deu esperança»<sup>66</sup>. E, porque o tempo urgia, logo a 20 de novembro começam os trabalhos de limpeza/reconstrução: «limpar as avenidas, fazer mibangas<sup>67</sup>, capinar o café»<sup>68</sup>. Padre Telmo, seus rapazes e o casal Emília e Fernando Dias<sup>69</sup> (que pouco depois ali haveriam igualmente de ver nascer o seu primeiro filho<sup>70</sup>), «Instalaram-se em algumas das casas ainda existentes e começaram a desbravar o terreno onde em breve surgiam plantações e sementeiras de várias culturas, sobretudo algodão, milho, arroz e hortaliças e havia-se principiado um grande pomar»<sup>71</sup>.

No respeitante às construções, estas

«[...] seguiam o método da Obra da Rua: pequenas residências de modo a criar-se ambiente familiar. Principiou-se pela casa-mãe, concluída no Natal de

<sup>65</sup> Cfr. LEAL, Luís – A Quinta do Paço da Torre (Beire, Paredes): Um primeiro périplo histórico. *Orpheu Paredes*. (mar. 2021) 89-91. Disponível em: [https://www.cm-paredes.pt/cmparedes/uploads/writer\\_file/document/2394/3\\_revista\\_cultural\\_orpheu\\_2021.pdf](https://www.cm-paredes.pt/cmparedes/uploads/writer_file/document/2394/3_revista_cultural_orpheu_2021.pdf). Consultado a 17 de setembro de 2021.

<sup>66</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 23.

<sup>67</sup> «[...] lombos compridos de terra cavada onde se plantam as sementes» – FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 25.

<sup>68</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 25.

<sup>69</sup> Cfr. PEREIRA, Henrique Manuel – *Telmo Ferraz: Mibangas e Frutos. Documentário. Argumento*. Bragança / Paço de Sousa: Diocese de Bragança-Miranda / Casa do Gaiato, 2013, p. 26 (Coleção Presbyterium, 5).

<sup>70</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 29.

<sup>71</sup> GABRIEL – *A Diocese de Malanje*, p. 245.

1965, passando-se ao bloco escolar, capela, alguns lares e oficinas: carpintaria, serralharia, sapataria, alfaiataria e barbearia, que estavam concluídas em 1971»<sup>72</sup>.

Demonstrando que a gratidão e alegria manifestados à chegada destes invulgares “colonos” passava igualmente por uma disponibilidade efetiva para com eles colaborar, um sacerdote local, acompanhado de um grupo de «senhoras e meninas», logo lhes entregaram «o produto de uma colecta que fizeram na cidade»<sup>73</sup>. Era apenas o início de uma estreita relação de cooperação mútua que os Padres da Rua sempre mantiveram com todos aqueles agentes e instituições que, de acordo com o seu múnus, objetivos e campo de ação (social e/ou pastoral) específicos, concorriam, como eles, para a melhoria das condições de vida daquelas populações<sup>74</sup>.

Assim, o resultado de todos os esforços de Padre Telmo e dos seus rapazes não poderia ser outro:

«A nossa primeira casa começou a nascer. (...) [Pouco tempo depois] Foi criado o Posto Escolar do Culamuxito (Casa do Gaiato). Ficámos contentes com o facto. O professor será um Gaiato. Os alunos serão crianças das sanzalas próximas e alguns gaiatos. Sentimos, como cristãos e portugueses, a grande responsabilidade. Arde em nós o desejo de transmitir a mensagem. É urgente. Não viemos a África, nós sabemos, somente para cavar uma quinta e fazer casas... Sim é, sobretudo, para sermos uma presença cristã»<sup>75</sup>.

Durante o ano de 1964, «(...) a Casa-mãe, cresce! É um gosto vê-la subir!»<sup>76</sup>. Sensivelmente um ano depois (dezembro de 1965), com a Casa-mãe já concluída, o sonho ganha definitiva forma e, com ele, a alegria e o espanto da fruição do milagre são evidências que a ninguém deixam indiferente:

«Beleza! E toda ela a começar a girar de volta da nossa Casa-Mãe. “Porque fizeram uma casa tão bela? Podia ser mais modesta...” É mãe. Não há mães feias e pequenas para os filhos. E estes não têm outra... E, além disso, a nossa casa forte e bela será corrente a prender-nos para sempre ao Planalto – viemos para ficar»<sup>77</sup>.

---

<sup>72</sup> GABRIEL – *A Diocese de Malanje*, p. 246.

<sup>73</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos. Vol. I (1963-1991)*, p. 25.

<sup>74</sup> Cfr. alguns exemplos citados em FERRAZ – *Mibangas e Frutos. Vol. I (1963-1991)*, p. 123-24. ou os apontados por Padre Acílio, no seu testemunho acerca da ação desenvolvida pelo Padre José Maria em Lourenço Marques – ACÍLIO, Padre – *Património dos Pobres. O Gaiato*. (15 out. 2016) 4: «O padre Zé, conseguiu o auxílio, não só da Obra Da Rua, mas também da cooperação de alguns países Europeus, como Espanha, Itália, Alemanha e outros organismos humanitários».

<sup>75</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos. Vol. I (1963-1991)*, p. 35.

<sup>76</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos. Vol. I (1963-1991)*, p. 37.

<sup>77</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos. Vol. I (1963-1991)*, p. 47.

## 2.2. 5 de janeiro de 1964: inauguração em Benguela, “primeira pedra” em Malanje

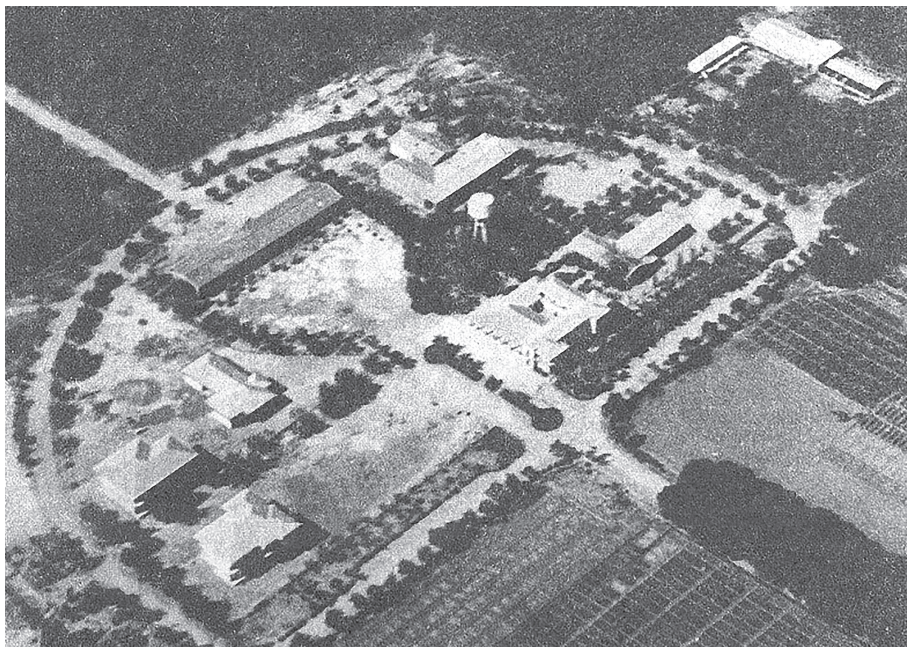


Figura 2 – Vista aérea da Casa do Gaiato de Benguela.

[Fonte: *O Gaiato*. (29 jun 1991) 1]

Padre Américo havia deixado bem claro:

«Como todos sabem, a Obra da Rua foi consagrada ao Santíssimo Nome de Jesus na hora em que nasceu. O consagrar-se alguém a uma pessoa ou a uma coisa, significa dar-se permanentemente e totalmente a essa pessoa ou a essa coisa; de outra sorte a palavra seria vã. Com este profundo conceito, fizemos a consagração na aurora da Obra da Rua. E não se deve ir buscar a outras fontes o espanto que ela hoje é entre o povo que a conhece. [...] Fábrica ou oficina que se consagre a Deus, traz consigo grandes responsabilidades. A estampa não é nada, não diz nada sem a consciência cristã»<sup>78</sup>.

Uma vez mais, querendo ser plenamente fiéis aos propósitos do seu fundador, não poderia ter sido outra a data escolhida para a inauguração da Casa do Gaiato de Benguela, no Vale do Cavaco, junto à foz do rio que lhe empresta o nome: 5 de janeiro de 1964, data em que, de acordo com o calendário litúrgico

<sup>78</sup> AGUIAR, Américo Monteiro de – *Doutrina*. Vol. 2, 1ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1977, p. 74.

tridentino, se comemorava a “Festa do Santíssimo Nome de Jesus” e, por conseguinte, o 24º aniversário da Obra da Rua. Eram

«[...] 24 anos de vida pujante e fecunda. [...] Eram os anos da Mãe. [...] Os filhos reuniram-se à roda do Altar. Festa muito íntima, sem barulho, sem foguetes, sem iguarias especiosas. Nós [Padre Manuel António e seus rapazes], um casal muito amigo e lugar para outro; os Pobres que vivem a dois passos e os nossos trabalhadores do campo. Pai Américo presidia. Foi assim que demos os primeiros passos. Foi assim a festa da inauguração da Casa do Gaiato de Benguela»<sup>79</sup>.

No mesmo dia, em Malanje, benzia-se a primeira pedra da Casa do Gaiato do Culamuxito. A “íntima familiaridade” sentida pelos convivas da festa em Benguela parece contrastar com a solenidade com que se revestiu o dia vivido em Malanje: «[...] Depois do senhor Bispo [D. Pompeu de Sá Leão e Seabra<sup>80</sup>] ter celebrado o Santo Sacrifício, num altar feito à última hora e muito rústico, seguiu-se a bênção da primeira pedra, a qual é a primeira do cruzeiro da futura Aldeia»<sup>81</sup>. E, acrescentar solenidade à efeméride, assinala-se a presença do «senhor Governador do Distrito<sup>82</sup> [que] também não faltou, em companhia de sua esposa, assim como alguns Amigos da primeira hora. E não podemos esquecer a presença dos cristãos das cubatas mais próximas»<sup>83</sup>.

Mas não julguemos que Padre Telmo e seus companheiros se deixaram inebriar por tais festejos. Um mês depois era deste teor o seu “relatório”:

«Já moramos no Culamuxito. As nossas casas pequeninas de chão de cimento, paredes de tijolo e adobos, telhas enegrecidas por antigas fogueiras, foram reparadas por nós com tanto carinho que é um regalo viver nelas. De dia,

---

<sup>79</sup> Padre Manuel António, p. 54.

<sup>80</sup> Pompeu de Sá Leão e Seabra, C.S.Sp. (1908-1973), natural da freguesia de Sobreira, Paredes, foi nomeado bispo de Malanje em 20 de dezembro de 1962, sucedendo a D. Manuel Nunes Gabriel, após a nomeação deste como bispo titular de Methymna e Arcebispo de Luanda. Ali foi entronizado a 10 de março do ano seguinte, e aí permaneceu até à sua morte. Cfr. BRÁSIO, António, – Mgr Pompeu de Sá Leão e Seabra évêque de Malanje (20-XII-1962). In *Angola: 1904-1967*. Pittsburgh, PA; Louvain: Duquesne University Press; Editions E. Nauwelaerts, 1971 (Spiritana Monumenta Historica – Series Africana; 5), p. 986-87; No próximo domingo será sagrado o novo Bispo de Malanje Dom Pompeu Leão e Seabra. *Diário de Luanda*. (7 mar. 1963) 1; Malanje recebeu jubilosamente o Sr. D. Pompeu de Sá Leão e Seabra: a imponente cerimónia da sagração teve a presença das mais altas entidades e de milhares de fiéis de toda a Diocese. *O apostolado*. (13 mar. 1963) 1.6. «Conhecedor desde há muito dos problemas da diocese, o seu episcopado foi fecundo e teve a consolação de ver desenvolverem-se muitas das obras já iniciadas e de lançar outras novas». – GABRIEL – *Memórias Missionárias*, p. 223ss.

<sup>81</sup> DIAS, Fernando – Malanje. *O Gaiato*. (15 fev. 1964) 1.

<sup>82</sup> À data, Silvino Silvério Marques (Nazaré, 1918- Lisboa, 2013). É autor de várias obras sobre política e administração regional, em particular sobre o processo de descolonização português.

<sup>83</sup> DIAS – Malanje, 1.

a nossa lagoa oferece-as reflectidas com tanta serenidade... À noite, é o tapete de silêncio bordado com guisos de sapos e pios distantes. Celebramos Missa debaixo dum copado em túnel. Tomamos as refeições à sombra duma árvore; e à noite, aconchegados à fogueira, cada um toma o seu prato e se serve do próprio tacho onde o comer foi feito»<sup>84</sup>.

Como igualmente atesta um dos novos “cronistas” daquela mesma Casa:

«Quem viu e quem vê a quinta de Cula-Muxito já encontra nela grande diferença. E daqui a mais algum tempo será ainda mais bela quando, perante aquela natureza fresca e sadia começarem a desabrochar, juntamente com o cantar dos passarinhos, os corações dos futuros gaiatos angolanos»<sup>85</sup>.

No fundo, identifica-se aqui uma subliminar estratégia ou princípio organizativo, assente numa perspectiva densamente pastoral, missionária, evangelizadora, magistralmente sintetizada pelo Padre Telmo Ferraz: «O alicerce para a elevação do indígena é ele mesmo... E nunca a nossa mentalidade. Se quisermos fazer conforme nós, sai tudo torto – trepadeira feroz que prende em vez de libertar»<sup>86</sup>. Analisada “*a posteriori*” a evolução destas Casas e da sua influência sumamente positiva nos territórios em que se instalaram, poucas dúvidas nos restam de que dificilmente se encontrará melhor justificativa para tal sucesso do que a plena e transversal assunção desta atitude fundamental. Mesmo reconhecendo que estão a ser “juízes em causa própria”, não temos razões para duvidar da sua análise, comprovada igualmente por outras testemunhas dos seus feitos. A título de exemplo, um ano depois da inauguração da Casa do Gaiato de Benguela, um leitor d’O *Gaiato* faz chegar à redação do quinzenário o seu testemunho:

«Estive há dias em Benguela e lá encontrei uma Casa do Gaiato como o Senhor Padre Américo concebeu. Tudo na mesma, num meio tão diferente. [...] A obra social do Pe Américo é obra de um Santo que foi também sábio. – Soube observar a sociedade e soube receitar o método da cura. – Dos Gaiatos podia sair um livro do Pe Américo – “Doutrina Social”. Este livro é urgente como livro de cabeceira para os nossos dirigentes, sobretudo para aqueles que têm de decidir em Africa»<sup>87</sup>.

Aqui se percebe como esta postura e atitude adotadas, desde o primeiro momento, pelos Padres da Rua em todo este longo processo (de “sondagem”/prospecção, chegada, instalação e construção das Casas do Gaiato em solo africano)

<sup>84</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 25.

<sup>85</sup> DIAS – Malanje, 3.

<sup>86</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 26.

<sup>87</sup> Colaboração dos Leitores – *Obra da Rua. O Gaiato*. (2 jan. 1965) 4.

são, em certo sentido, disruptivas e, por conseguinte, também “revolucionárias”, como bem a seu modo nos sabem dizer: «Os indígenas começam a olhar para nós – não como patrões que só mandam, mas, mais como companheiros que trabalham a seu lado. (...) É tempo dos portugueses começarmos a cavar a terra, em vez de nos limitarmos, quase unicamente, à troca de panos por ginguba»<sup>88</sup>.

No período que se segue (desde a fundação da Casa até meados de 1974), os relatos deixados pelos Padres Telmo Ferraz<sup>89</sup> e Manuel António<sup>90</sup> entretecem uma história construída (porque vivida) em planos múltiplos, divisíveis entre as questões internas e externas às próprias Casas, feita de muitos desafios, enormes necessidades, e algumas (aparentemente) pequenas vitórias: ao palatino aumento do número de rapazes acolhidos pela Casa de Malanje – em abril de 1972, eram 80<sup>91</sup>, sendo que, um ano depois, iniciava-se a construção de uma casa para mais 25<sup>92</sup> – com todos os desafios que tal evolução significava, soma-se um rol de outras questões, de teor mais “externo” às ditas e que demonstra e enforma, por sua vez, a profundidade das raízes deste projeto em solo africano.

Com efeito, é neste período (que poderíamos designar de “consolidação”) que se estreitou ainda mais a relação com o clero local (v. g. Padre Afonso, da Igreja de Santa Ana<sup>93</sup>), com os vários grupos e comunidades missionárias<sup>94</sup> (também de origem luterana/protestante, com relevante presença e atividade naquele território<sup>95</sup>), relações que haveriam de perdurar no tempo<sup>96</sup>. Num outro plano, registou-se o crescente reconhecimento do valor e validade do trabalho desenvolvido em

<sup>88</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 32.

<sup>89</sup> Já integralmente compilados, transcritos e publicados nos dois belíssimos e fundamentais volumes de *Mibangas e frutos* aqui citados.

<sup>90</sup> Também as «mais significativas» destas “Crónicas” foram já igualmente compiladas e publicadas – ver JÚLIO, Padre – Prefácio. In *Padre Manuel António*, p. VII (*et passim*).

<sup>91</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 110-11.

<sup>92</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 119-20.

<sup>93</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 68.

<sup>94</sup> É D. Manuel Nunes Gabriel quem nos apresenta um retrato bem completo e pormenorizado destas comunidades. Ver, a este respeito: GABRIEL, Manuel Nunes – *Angola, cinco séculos de cristianismo*. Queluz/Braga: Literal/Livraria Editora Pax, 1978, p. 333-384 e p. 405-467.

<sup>95</sup> Cfr. GABRIEL – *Angola*, p. 599-615; GABRIEL – *A Diocese de Malanje*, p. 345-50; GABRIEL – *Memórias Missionárias*, p. 329-36. Para uma história mais pormenorizada destas comunidades eclesiais (nomeadamente: Adventistas do Sétimo Dia, Metodistas, Baptistas, e Congregacionistas), também no que respeita ao seu papel no processo de descolonização, ver W. HENDERSON, Lawrence – *A igreja em Angola: um rio com várias correntes*. Lisboa: Editorial Além-Mar, 2013, p. 236-55; SCHUBERT, Benedict – *A Guerra e as Igrejas. Angola 1961-1991*, p. 140-55; SCHUBERT, Benedict – Os protestantes na guerra angolana depois da independência. *Lusotopie*. Vol. 6, n.º 1 (1999) 405-13. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/luso\\_1257-0273\\_1999\\_num\\_6\\_1\\_1280](https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1999_num_6_1_1280). Consultado a 20 de setembro de 2021.

<sup>96</sup> Padre José Maria, em outubro de 1991, regista, com notório agrado, a boa receptividade quer dos «Padres» quer das «Religiosas» aquando do seu regresso a Moçambique e às suas diligências em ordem á refundação da Casa do Gaiato naquela região. – MARIA, Padre José – Carta de Moçambique. *O Gaiato*. (5 out. 1991) 3.

prol das populações, por parte quer dos organismos públicos<sup>97</sup> quer de instituições privadas. Assim se compreenderá que, por exemplo, quer os “Serviços da Agricultura” (Governo)<sup>98</sup> quer depois uma empresa privada<sup>99</sup> tenham oferecido tratores para os trabalhos na quinta de Malanje ou que «um empresário de Lobito, há pouco tempo estabelecido nesta praça. E é estrangeiro», tenha manifestando admiração pelo trabalho desenvolvido pela Obra da Rua em Benguela e decidido «contribuir com uma oferta mensal de USD 250,00»<sup>100</sup>. Neste mesmo *élan* se inscreve o processo de eletrificação da Casa de Malanje, iniciada em 1969 e cumprida em setembro do ano seguinte<sup>101</sup>, assim como aquele “sucesso” que mais orgulho dava registar pelos Padres da Rua: as centenas (milhares?) de rapazes<sup>102</sup> que, «após receberem a devida instrução escolar, se transformaram em ministros, generais, empregados bancários, empresários, advogados, entre outras profissões». Este será, certamente, como atrás referimos, o melhor “comprovativo da validade” dos métodos e estratégias pedagógicas ali aplicados<sup>103</sup> e a maior “glória” alcançada por todos aqueles continuadores do projeto de Padre Américo. Por tudo isto, cremos estar justificado um novo e deveras interessante capítulo de “História Social”, de certo modo já iniciado pelo estudo de Fernando Ferreira Martins<sup>104</sup>, que aqui não cabe desenvolver, mas que certamente permitiria aprofundar a compreensão do “legado” aqui em questão.

Em paralelo com esta “história interna”, os textos dos padres Telmo Ferraz, Manuel António e José Maria fazem igualmente eco de outras “grandes questões” (socioculturais, políticas, religiosas e eclesiais), que, sob diversos aspetos e em diferentes graus de importância e gravidade afetam as populações em que as

<sup>97</sup> A título de exemplo, registre-se a visita de duas técnicas da O. N. U. à Casa do Gaiato de Moçambique logo nos primeiros tempos da sua “refundação” – Cfr. MARIA – Carta de Moçambique, 3 – tendo esta mesma entidade, através do seu “Programa Alimentar Mundial”, fornecido à Casa do Gaiato de Benguela «uma ajuda mensal [...] em alimentação, canalizada, quase na totalidade, para ajudar a manter de pé um pequeno projecto que abrange mais de mil pessoas» – Padre Manuel António, p. 315.

<sup>98</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 71.

<sup>99</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 71-72.

<sup>100</sup> Padre Manuel António, p. 315.

<sup>101</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 91.

<sup>102</sup> Considerando apenas Malanje, o seu atual diretor, Padre Rafael, contabiliza, em cinquenta anos, terem sido mais de «oitocentas vidas» as que por ali passaram – cfr. RAFAEL, Padre – Malanje – Cinquenta anos, oitocentas vidas... *O Gaiato*. (8 mar. 2014) 1.4. Por seu lado, padre Telmo Ferraz, em entrevista mais recente, aponta para «cerca de dois mil» os que viram as suas vidas transformadas por aquela casa da Obra da Rua – Cfr. AGÊNCIA LUSA – Missionário transmontano satisfeito com trabalho de 55 anos em Malanje, Angola. *Diário de Notícias (online)*. (24 jan 2018). Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/reportagem-missionario-transmontano-satisfeito-com-trabalho-de-55-anos-em-malanje-angola-9071361.html>. Consultado a 20 de setembro de 2021.

<sup>103</sup> Cfr. FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 91. 91-92.

<sup>104</sup> MARTINS, Fernando Ferreira – *Obra da Rua. Da criança ao adulto em projeto*. 1ª ed. Porto: Edições Salesianas, 2016, p. 336ss (e Anexos).

Casas do Gaiato angolanas estão implementadas. Como exemplos, registem-se aqueles relatos de uma mútua e total aceitação e concomitante saudável convivência entre “brancos” e “negros”<sup>105</sup>, em contraposição com os discursos “oficiais”, ouvidos, quer na metrópole quer em território angolano, onde, de forma particular, «As raízes e ligações étnicas» do MPLA e FNLA (e, mais tarde, da própria UNITA) «sempre foram razões de desconfiança e equívocos», correspondentes, a seu modo, à «rivalidade pessoal»<sup>106</sup> entre os seus respetivos líderes. Com efeito,

«No contexto das guerras coloniais, e fundamentalmente para efeitos de política externa, a defesa da presença de Portugal em África não se faz tanto pelo recurso à teoria da missão providencial, mas pela exaltação das sociedades multirraciais que estariam a despontar em Angola em Moçambique»<sup>107</sup>.

Contudo, era diferente a tónica adotada diante da opinião pública interna: para essa, «continua a ser transmitido um discurso que retrata os africanos que lutam pela sua independência como uns perigosos selvagens»<sup>108</sup>, discurso e realidade em tudo distantes da perspetiva e atitudes adotadas pelos autores e protagonistas dos textos aqui em presença. Registe-se, neste particular, a reflexão de Padre Telmo Ferraz:

«Até que ponto os nativos se sentem inferiores na nossa presença? Não sei avaliar. Barreira difícil de transpor! Mundos tão distantes! Como vamos nós descer? Como vão eles subir? É verdadeiro este conceito? Também pode ser certo o inverso. E nós temos que subir até à simplicidade, à não ambição, à própria liberdade – quanto a conceitos sociais e correntes que nos prendem. Mesmo o regresso à palhota não é descida para quem se sente feliz nela. Acarretamos com a nossa civilização (tão decadente) tantas misérias... quantas dores... tais revoltas...»<sup>109</sup>.

Numa vertente político-administrativa, as apreciações críticas relacionadas com as questões da educação<sup>110</sup>, da saúde (o alcoolismo<sup>111</sup>, a sida<sup>112</sup> e a malária)<sup>113</sup>

<sup>105</sup> Cfr. FERRAZ – *Mibangas e Frutos. Vol. I (1963-1991)*, p. 112-113. 133-134.

<sup>106</sup> Cfr. SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 74-75.

<sup>107</sup> CASTELO, Cláudia – «*O modo português de estar no mundo*»: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998 (Biblioteca das ciências do homem. História 19), p. 135.

<sup>108</sup> CASTELO – «*O modo português de estar no mundo*», p. 135, nota 114.

<sup>109</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos. Vol. I (1963-1991)*, p. 118.

<sup>110</sup> Padre Manuel António, p. 266-67.

<sup>111</sup> Padre Manuel António, p. 342-43.

<sup>112</sup> Padre Manuel António, p. 330-31.

<sup>113</sup> Padre Manuel António, p. 324-25.

são exemplos de problemáticas a exigir especial atenção e resposta; os problemas económico-sociais gerados pelo «mercado paralelo»<sup>114</sup>; o esforço governamental em ordem a um melhor reordenamento rural e a correlativa gestão dos solos e da sua riqueza<sup>115</sup>, em profunda contradição com uma notória escassez de bens alimentares (questão premente ao longo de todo o ano de 1971<sup>116</sup>... e que se repetiria em 1992-1993<sup>117</sup>), a que se somam os problemas da desigualdade social e da injusta e imoral distribuição dos recursos (também financeiros)<sup>118</sup> ocupam um considerável número de artigos destes padres-obreiros. No quadro religioso, podem igualmente elencar-se as suas considerações de ordem ecuménica (ou de sociologia religiosa, no mínimo), quando, por exemplo, se apontam as diferenças entre uma sanzala protestante e uma sanzala católica<sup>119</sup> em articulação com as exigências da fé<sup>120</sup>. Do mesmo modo, e circunscrevendo o espectro a uma esfera estritamente eclesial-católica, é-nos igualmente relatada a (des)organização missionária/pastoral da Igreja (em Espanha, em África...), e a permanente dificuldade que as estruturas hierárquicas demonstram ter à hora de bem gerirem os recursos (também humanos) que lhe estão afectados (de que a questão dos padres-professores é um particular exemplo<sup>121</sup>). Neste último âmbito, tenha-se em consideração que as críticas erguidas pelos Padres da Rua não são nem gratuitas nem de todo próprias de quem se coloca “de fora” do problema: o que verdadeiramente os preocupa, como não se cansam de dizer, é a eficácia da evangelização: para eles, «Evangelizar não é impor, e nem só construir edifícios ou baptizar em série... mas conhecer as pessoas, ter interesse por elas e amá-las. Sermos com elas membros vivos da comunidade. Comunidade de pessoas livres»<sup>122</sup>, enunciado cuja compreensão profunda só é possível à luz dos Decretos e Constituições do II Concílio do Vaticano (1962-1965), nomeadamente a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a identidade e constituição da Igreja enquanto “Povo de Deus” (21 novembro 1964), a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a missão da Igreja no mundo atual, e o Decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja (estes últimos promulgados na mesma data e sessão conciliar, a 7 dezembro de 1965).

<sup>114</sup> Padre Manuel António, p. 302-3.

<sup>115</sup> Cfr. FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 123-24.

<sup>116</sup> Cfr. FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 97. 101.

<sup>117</sup> Cfr. FERRAZ, Telmo – *Mibangas e Frutos*. Vol. II (1992-2013). Bragança / Paço de Sousa: Diocese de Bragança-Miranda / Casa do Gaiato, 2013, p. 68. 74-75. 78-79 (*et passim*); Padre Manuel António, p. 244. 250-251. 252-253 (*et passim*).

<sup>118</sup> Cfr. FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 106. 130.

<sup>119</sup> Cfr. FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 111.

<sup>120</sup> Cfr. FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 104.

<sup>121</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 104.

<sup>122</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 105.

Todo este horizonte de conceitos, problemáticas e circunstâncias relacionais deveras densas (quando não mesmo “tensas”) permite-nos concluir que, efetivamente, a Obra da Rua em África foi (e é) espaço e experiência exemplar de uma indelével e não despidianda transformação social nas vidas daqueles com que os seus agentes (Padres da Rua e jovens gaiatos) se cruzaram, situem-se aquelas “no centro” ou “na periferia” do espectro da sua ação<sup>123</sup>. Sem se deixarem prender por quaisquer peias burocráticas (e logo desde os primeiros passos africanos da sua epopeia<sup>124</sup>), Padre Manuel António, Padre Telmo Ferraz e Padre José Maria vão construindo, a seu jeito, uma narrativa feita das cores, cheiros e impressões que África lhes imprime. Pelos seus textos perpassa uma paisagem muito precisa mas simultaneamente muito abrangente da realidade africana, nas suas múltiplas facetas: social, cultural, religiosa<sup>125</sup>, política... Querer sintetizar e analisar todo esse retrato, compreender o alcance e profundidade dessa sua visão e sistematizar a sua interpretação dos múltiplos acontecimentos que nos são narrados é empresa urgente mas que aqui não cabe fazer, quer pela “densidade” quer pela “variedade” dos problemas e questões (histórico-sociais, culturais, religiosas...) por eles relatados. Não obstante, registre-se que, nunca querendo “fazer história” (em sentido historiográfico), estes seus artigos-memórias são, em si, magnífica fonte para compreendermos um “outro lado” da presença (da Igreja) portuguesa naqueles territórios e de modo particular no período em questão, razão que, a nosso ver, justifica plenamente este nosso primeiro esforço.

Retomemos, assim, o fio da(s) memória(s) aqui proposto à consideração, adentrando-nos no “segundo salto africano” da Obra da Rua: a Casa do Gaiato de Lourenço Marques, depois Maputo, em Moçambique.

### 2.3. Janeiro de 1965: Moçambique no horizonte

Estávamos em 1965 e a Obra da Rua comemorava o seu 25º aniversário, e toda a edição n.º 543 d’O *Gaiato* é dedicada à feliz efeméride. Padre Telmo é um dos

---

<sup>123</sup> Uma vez mais, atente-se nos exemplos e correlativa reflexão de Padre Telmo Ferraz a este respeito: FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 118-19.

<sup>124</sup> Com efeito, mais de um ano depois da fundação da Casa, nem a «escritura do nosso Culamuxito» nem os «papéis» do «Tonito, Banana e Estrangeiro» eram questões resolvidas... – FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 40.

<sup>125</sup> Num «concelho maior que as dioceses do Porto e Braga», populações completamente abandonadas, sem pároco e com eucaristia «só uma vez por ano!» – FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 44. E, ao mesmo tempo, o desabafo de um missionário: «Campo de missão – campo de batalha! pedra, cimento, ferro, mobílias e carros; igrejas, escolas e habitações. Vim por amor. Amo o povo indígena. Mas me apresentei a ele cheio de poder. Sinto um vazio enorme. Não me fiz um deles. Não parti deles» – disse-me um missionário [...] Por mais identificação e amor aos povos indígenas, seremos sempre estranhos». – FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 45.

que, nessas páginas, analisa o percurso vencido e aponta caminhos a percorrer, dando particular realce à “face africana” da Obra:

«Sabemos que da nossa parte será tão íntima e fecunda esta união como for real e vivo o sentido e aceitação da nossa responsabilidade. Responsabilidade perante o Senhor, diante do povo cristão e, no nosso caso, no meio desta África onde a seara é tão imensa e os ceifeiros não acabam de chegar! No meio desta Angola que freme dentro de nós com a violência de cachoeiras gigantes; e, na medida do amor, vai destapando o véu do complexo aglomerado de problemas humanos. Como não sentir uma angústia dolorosa e o desejo de gritar e a urgência de arrancar à Arca do Evangelho os vestidos novos que levem o “Despi-vos do Homem velho e vesti-vos do homem novo” ao indivíduo, às mentalidades e às estruturas? Renovação! Alerta e prontos para entrarmos juntamente com o povo cristão na nova formatura. Não damos o sinal. Ninguém precisa de dar... ele está no Evangelho, agudo e urgente. Escutemos. Que cada Um acorde para o ouvir. Este alerta e renovação urge, em testemunho, sobretudo, perante o povo indígena. Seja: Vivemos em conformidade com a nossa fé. E este “viver em conformidade” implica renúncia ao nosso “julgar-mo-nos superiores” e implica amor a todos os homens. (Não há cores nem fronteiras para o amor). É este o nosso “estamos presentes”! Somos “Obra da Rua” que cresceu e se realiza! Vigésimo quinto ano!»<sup>126</sup>.

E é precisamente neste ambiente festivo que os Padres da Rua haveriam de receber um inesperado mas esperançoso presente: através de uma carta, um casal moçambicano, benfeitor da Obra da Rua (porque assíduos leitores d’*O Gaiato*), manifestam a sua vontade em fazer uma providente doação<sup>127</sup>: «Sabendo que não aceitamos heranças, a esposa convenceu o esposo e ambos decidiram pôr imediatamente à nossa disposição aquela propriedade de 55 hectares ali à beira [15 km a Norte] de Lourenço Marques». Os Padres da Rua, embora reconhecendo que «seria para Moçambique o próximo passo fora do berço» não consideravam ter chegado ainda o momento para o dar. Por isso, a resposta inicial de Padre Carlos Galamba não se fez esperar:

«[...] respondi, de forma muito desinteressada, que “quintas não nos faltariam quando fosse o tempo de dobrarmos o Cabo da Boa Esperança”, mas nem assim o casal se demoveu. Nova carta, renovada (e decidida) vontade: “Que não senhor, que a quinta havia de ser para nós – e havia mesmo!; senão agora, quando pudesse ser; e que ficavam esperando que a fôssemos ver”»<sup>128</sup>.

<sup>126</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 39.

<sup>127</sup> Cfr. GALAMBA, Padre Carlos – A Obra da Rua em Moçambique. *O Gaiato*. (26 ago 1967) 1.3.

<sup>128</sup> GALAMBA – A Obra da Rua em Moçambique 3.

Vencido porque convencido da necessidade de melhor análise da proposta, Padre Carlos ruma, a 20 de outubro de 1967, em direção a Moçambique, na esperança de

«[...] chegar a Lourenço Marques em meados de Novembro, de forma a arrumarmos a casa em ordem ao seu começo oficial na próxima Festa do Santíssimo Nome de Jesus – 2 de Janeiro de 1968. Não é um passo precipitado, mas arrojado sim. Lourenço Marques será a 14.<sup>a</sup> lareira acesa sob os telhados da Obra da Rua, à distância de milhares de quilómetros da outra mais próxima e de quantas vezes mais desta Casa-Mãe onde estou escrevendo. Os padres da rua são nove e só Deus sabe quem tem para lhes acrescentar o número e o tempo em que o fará. Por isso digo arrojado este passo, embora o arrojo tenha por alicerce a Fé, a Fé no Deus que nos chama e que nos não abandonará»<sup>129</sup>.

Aí chegado, imediatamente se apercebeu da viabilidade do projeto: uma «pequenina casa, sim, mais airosa e provida de tudo o que é necessário ao grupo fundador» e os 55 hectares de terreno envolventes eram condições diferentes das encontradas em anteriores fundações, mas a grandeza da dádiva de que foram alvo era sinal da presença providente do mesmo Deus que sempre os acompanhara:

«Não estamos habituados a tanto. Temos sido sempre herdeiros de ruínas. Deus permite que o bem-estar desta primeira instalação em Moçambique não nos amoleça as asas de cabouqueiro, pois imensa é a tarefa que ali se nos apresenta, de construir uma Aldeia onde recebamos em sua casa os rapazes por amor de quem vamos»<sup>130</sup>.

Diante deste novo projeto, e das habituais incertezas e anseios que o mesmo naturalmente influía nos Padres da Rua, era igualmente de sempre a sua firme certeza e convicção:

«Só o muito pensar e sentir a urgência de uma presença como a nossa em terras de Moçambique (onde não há ainda qualquer resposta para os problemas da Infância abandonada e delinquente), junto à vontade expressa da Igreja pela voz do Bispo da diocese [D. Custódio Alvim Pereira<sup>131</sup>], tendo como adjuvante a propiciação das condições materiais para a nossa instalação (sem que déssemos um passo por elas) – só isto nos decidiu a ir, a ir já, dando a partir do momento da decisão um testemunho de confiança na Providência, de Quem esperamos

---

<sup>129</sup> GALAMBA – A Obra da Rua em Moçambique. *O Gaiato*. (12 de ago 1967) 1.

<sup>130</sup> GALAMBA – A Obra da Rua em Moçambique. *O Gaiato*. (26 ago. 1967) 1.

<sup>131</sup> Custódio Alvim Pereira (São João do Monte, 6 de fevereiro de 1915 – Roma, 12 de novembro de 2006) foi o último Arcebispo português de Lourenço Marques.

o pão-de-cada-dia e também quem o parta daquele que o Povo há-de repartir connosco»<sup>132</sup>.

«É pois uma hora alta e feliz esta, em que revivemos as horas semelhantes que prepararam a nossa ida para Angola. Que a sua Irmã do Índico – agora marcada também por feridas que a ajudem a amadurecer – nos receba e nos deixe dar-lhe, na comunhão profunda, discreta e eficaz que tem sido a regra à beira do Atlântico»<sup>133</sup>.

Não será, por isso, estranho registarmos que se repetiram, então, as mesmas metodologias já há muito assumidas e inculcadas em ordem a pôr em marcha todo o processo referente à escolha e preparação daqueles que constituirão o «grupo fundador da Casa do Gaiato de Lourenço Marques»<sup>134</sup>:

«Além do “Santana”, que tem 13 anos e fez há pouco a 4.<sup>a</sup> classe, vão mais cinco do mesmo naipe [...] São eles: o Renato, que aqui tem sido desde há vários anos o chefe dos “Batatinhas” e “estrela” das nossas Festas; o Rafael, de Setúbal, que aderiu com uma abertura admirável à ideia de ir e só pediu que para o lugar dele viesse um irmãozinho mais pequeno (virá se Deus quiser); o Ezequiel, de Paços de Ferreira, a quem a mãe abandonou, mais aos outros dois irmãos que também são nossos; o António Augusto, do Porto, que de tanto teimar, venceu e vai também. [...] Com estes cinco vão outros tantos, estes mais velhos e já oficiais de seu ofício: O Pinho, aqui sub-chefe, vai como mestre da sapataria; o “Bino” é o alfaiate-mor; o Américo, lavrador e tractorista, a menos que não perca a mania das velocidades e, consequentemente, a confiança necessária para se lhe entregar um tractor; o Zé Alberto, carpinteiro ajudante; e o Amériquito (apresento-o no diminutivo só para distinguir do Américo do Campo) ao qual se confiam os cargos administrativos e de “pião das nicas”. [...] A coadjuvar Padre José Maria (todos perceberam já ser ele o Pai de Família em Lourenço Marques!) vai Quim carpinteiro, a quem desde o regresso da tropa entregámos o pelouro das obras em Paço de Sousa [...]. E como o Quim é casado e pai dum amoroso casalinho, é evidente que farão parte da equipa: mãe Elisa, Nuno e Paula. Irá também uma senhora, que de longe aspirou a este dia, tão de longe que foi ainda Pai Américo quem aceitou o seu desejo[...]. Lá esperar-nos-á o Júlio Coelho mais os seus, o qual, tendo ido pela mão de Pai Américo para o Xai-Xai, há 14 anos [1952], viveu sempre a sua vida na lavoura e quer agora pôr ao serviço da Obra da Rua a experiência adquirida e a vontade de retribuir o que naquele tempo Pai Américo fez por ele. Aqui temos, pois, o elenco da equipa fundadora. Estes serão o núcleo em torno do qual se há-de enovelar a grande Família de Lourenço Marques.

<sup>132</sup> GALAMBA – A Obra da Rua em Moçambique. *O Gaiato*. (12 de ago 1967) 1.

<sup>133</sup> GALAMBA – A Obra da Rua em Moçambique 1.

<sup>134</sup> *Obra da Rua*, p. 168.

Que a todos eles encha a mística de fermento e o Senhor lhes não falte com a generosidade necessária para se perderem na massa que hão-de levedar!»<sup>135</sup>.

Escolhidos os obreiros, avança-se para a sua preparação, em novo retiro, desta vez no Lar de Férias de Azurara (Vila do Conde). E, novamente, o recurso à orientação de “mestres” devidamente “experimentados”:

«Do dia 1 ao dia 4 estará em Azurara um padre missionário, com vários anos de Moçambique, que ajudará a edificar na mente dos nossos ideias mais vivas daquilo a que vamos e do meio que nos aguarda. Dia 4 à tarde regressarão a Paço de Sousa onde, no dia seguinte, será o casamento do João, que vai também para Lourenço Marques»<sup>136</sup>.

De todas estas iniciativas se vai dando conta, mantendo os leitores d'*O Gaiato* devidamente informados e atualizados a respeito do andamento dos preparativos. Será (também... ou sobretudo) desta forma que os Padres da Rua foram conseguindo igualmente recolher tudo o que lhes faltava para, efetivamente, fazer erguer as suas valências: não raras vezes estas notícias eram acompanhadas de apelos ou mesmo “listas de necessidades” (da cozinha à horta, passando pela capela e pelas oficinas), como que a envolver, num único e mesmo *elán* congregador, as consciências que se manifestassem dispostas a ajudar. A Obra ia para África, uma vez mais, com aquela que era a sua maior força: os seus Padres, os seus rapazes, e a generosidade de todos os seus verdadeiros “amigos”.

#### 2.4. 5 de novembro de 1967: «Nazaré Negra» em Lourenço Marques

Assim resumiu o “primeiro cronista” desta nova Casa os primeiros dias que a viram nascer:

«A “Obra da Rua” chegou para ficar em Lourenço Marques, na manhã quente de 5 de Novembro de 1967. E foi bem a palavra nova!... Ia dar-se a multiplicação dos pães e o regresso a Nazaré. Nazaré Negra. Diferente da outra; mas Nazaré. Não houve recepções triunfais. Não houve entrevistas de repercussão. Tudo muito nuzinho e despido de vaidade. Quem havia de dizer que a verdade é assim tão fácil? É bem a verdade exacta do grão de mostarda. [...] Apareceu a simpatia do Luís Lopes, a alegria sã do Waldemar Soares, a presença agradável do Abel Barros e esposa e netos da Obra. A simplicidade do Tomás, mulher e rebento. A virilidade do Júlio Coelho que será o machambeiro-mor do primeiro passo da Obra da Rua em terras do oriente africano. [...] A boa presença do

<sup>135</sup> *Obra da Rua*, p. 169-70.

<sup>136</sup> MARIA, Padre José – A Obra da Rua em Moçambique. *O Gaiato*. (21 out 1967) 1.

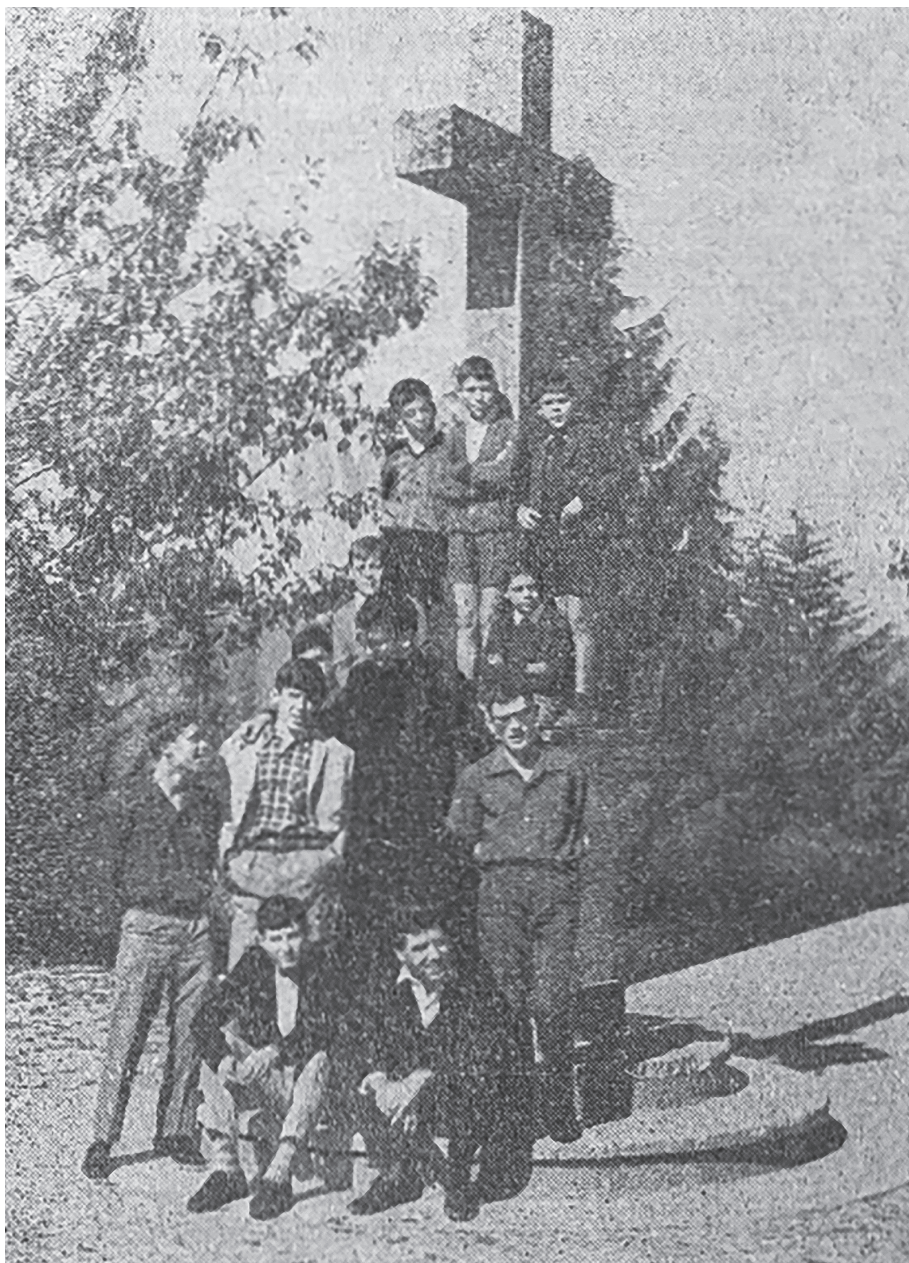


Figura 3: “Os fundadores da Casa do Gaiato de Lourenço Marques”.

[Fonte: *O Gaiato*. (18 nov 1967) 1]

Quim e prole. O sorriso de João e mulher transportaram-nos a Paço de Sousa. Apesar do calor que se fazia sentir, a melhor coisa que tivemos naquele momento, foi uma agradável sensação de frescura pela jovialidade da caravana. [...] A nota, para nós mais simpática de todas, diríamos a mais enternecedora, foi a presença de netos da Obra da Rua. Os do Abel, o do Tomás, os do Quim... Mas sobretudo o mais velho deste conquistou-nos a alma num ápice. Que coisa mais grandiosa que a presença destes templos!... [...] Muito, muito singela, a abertura da primeira Casa do Gaiato em Moçambique, mais precisamente às portas de Lourenço Marques. [...] Uma pequena família reunida. O entendimento dos corações. A comunicação das almas. A Obra da Rua esteve nas Bodas de Caná!»<sup>137</sup>.

Nos dias seguintes, e a atestar a perfeita sintonia entre a vontade dos Padres da Rua em também para ali alargarem a presença da mensagem e projeto de Padre Américo e o desejo daquelas gentes, o “grupo de fundadores” desdobrou-se em visitas e manifestações da sua presença, clarificando a identidade da Obra e os propósitos da sua missão junto das populações suas vizinhas. Foi assim na Catedral de Lourenço Marques e na Igreja de Malhangalene [atual distrito urbano de KaMpfumo, Maputo], logo no dia 12 seguinte. No relato que nos deixam desses encontros, testemunham não apenas quem com eles privou, mas sobretudo a mensagem de que se sentem portadores: «Graças a Deus, chegámos em boa hora. Todos nos dizem que o momento é oportuno e a Obra necessária. Os primeiros contactos estão feitos. [...] Ficou muita semente lançada e a germinação, que confiamos ao Senhor, resultará a seu tempo, ou podemos mesmo dizer ter começado»<sup>138</sup>. Feita a “sementeira”, era tempo de adubar, regar e cuidar: sem perder tempo, logo lançaram mãos à construção de mais casas para acolhimento de mais crianças<sup>139</sup>. Os autóctones, porventura surpreendidos com tamanho desembaraço e determinação, querem saber como podem ajudar:

«[...] perguntavam se íamos abrir subscrições. Não vamos. Mas aceitamos que alguém nos mande ir a sua casa. Somos uma palavra nova. Vivemos da Fé e acreditamos que é Deus quem toca os corações e as vontades; por isso tomamos também como tocados por Deus, embora às vezes inconscientemente, todos aqueles que vêm até nós»<sup>140</sup>.

Uma vez mais e como sempre, a fidelidade ao seu propósito, não permitia, contudo, que a Obra da Rua e a sua ação se confinasse exclusivamente àqueles que a ela recorriam. Assumindo uma postura de verdadeiros missionários,

---

<sup>137</sup> SILVA, Daniel Borges da – Lourenço Marques. *O Gaiato*. (2 dez 1967) 1.

<sup>138</sup> *Obra da Rua*, p. 175-76.

<sup>139</sup> Cfr. *Obra da Rua*, p. 176ss.

<sup>140</sup> *Obra da Rua*, p. 179.

«[...] assim nós temos vindo a pisar estes caminhos de Moçambique. Com o coração aberto aos problemas que nos afligem da Criança abandonada e com o coração pisado do que é dado ver e ouvir. E mais ainda com a alma toda em ânsia de darmos o nosso contributo, pequenino sem dúvida no reino de Deus, à implantação da Fé, do Amor e da Justiça»<sup>141</sup>.

A ouvi-los, disponíveis para ajudar, encontram «Gente de todos os credos. Por via de regra, por aqui, as salas de espectáculo são de maometanos que não só têm cedido graciosamente as instalações mas também ouvido o que trazemos para dizer». Embrenham-se a «visitar algumas Missões no mato e avaliar um pouco, em diversas fases, como o Evangelho tem sido, como na História sempre foi, um factor de “fraternidade, unidade e progresso”». E então têm oportunidade de registar que

«As escolas, as oficinas, a assistência hospitalar e beneficente, a preocupação até de dar trabalho bem remunerado, em diversas modalidades, ao maior número possível de chefes de família para que possam acorrer às necessidades que a «machamba» não cobre – tudo isso temos visto numa frequência consoladora, levados pela mão fraterna dos missionários. As populações dispersas pelo mato – pela desorientação há anos estabelecida – e agora aconchegados à volta das Missões, são uma prova à vista, da confiança que todos, cristãos ou não, põem naqueles que por eles têm trabalhado. De Vila Cabral receberemos, talvez antes do Natal, o primeiro pequenino a quem morreram os pais e foi entregue pela Missão de Nuango a troco do sustento, ao cuidado dum homem já sem forças, para que tratasse dele. Agora será nosso e dele nós também»<sup>142</sup>.

Não obstante, não é a vaidade ou qualquer espécie de vã glória a animar, fortalecer e orientar as suas iniciativas. É aos microfones da Rádio Clube de Moçambique que a Obra e os Obreiros se apresentam à nação moçambicana:

«Todavia, não ajuntámos estas considerações para ficar por aqui, senão para dizer qual o significado autêntico da presença da Obra da Rua em Moçambique com a abertura da Casa do Gaiato em Lourenço Marques. Pois, com o espírito que Deus assoprou em Pai Américo e ele nos legou, vimos viver no meio de vós, em comunhão convosco, Povo de Moçambique. A presunção mais superficial será a de que vimos para fazer assistência aos rapazes abandonados – e isso é verdade. Mas, mais do que isso, vimos para dar testemunho duma vida que nem sempre se apoia nas regras da prudência humana, antes procura corresponder às exigências da Verdade, da Justiça, do Amor, tripé em que poisa a Prudência divina – vida que 28 anos de existência demonstram ser possível, ser válida, ser

<sup>141</sup> *Obra da Rua*, p. 181.

<sup>142</sup> *Obra da Rua*, p. 181–82.

sedutora. Como é em vida que pretendemos demonstrar e não em argumentos de palavras, eis que a Casa do Gaiato de Lourenço Marques vai ser o veículo da demonstração»<sup>143</sup>.

## 2.5. A Guerra e a Obra (1975-1979): nacionalização, extinção, “transformação”

Como antes se referiu, os anos de 1964 a 1974 constituíram um período de particular efervescência positiva para as dependências da Obra da Rua instaladas em solo africano. Sem obnubilarem nunca as “dores de parto” (e depois de crescimento) próprias desta espécie de projetos, os Padres da Rua que foram assumindo a sua dinamização deixam-nos um extenso e mesmo minucioso relato de uma evolução deveras positiva daquelas estruturas e da aceitação (e mesmo aplicação, a todos os títulos frutífera, embora sempre insuficiente diante das carências encontradas e relatadas) das suas propostas e iniciativas sócio-caritativas. Contudo, porque densamente embrenhada no sentir e viver daquelas gentes, a Obra da Rua não poderia passar incólume aos ataques e efeitos nefastos da instabilidade social e política que se fazia notar, em notório “*crescendo*”, já a partir de 1970<sup>144</sup>. Padre Telmo Ferraz, mesmo absorvido pelos seus afazeres, sempre se

---

<sup>143</sup> *Obra da Rua*, p. 187.

<sup>144</sup> No quadro político, intensifica-se a luta armada dos independentistas. O encontro, a 1 de julho, entre o Papa Paulo VI e os dirigentes do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), respetivamente Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, no termo da “Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas” e a morte de António de Oliveira Salazar (a 27 do mesmo mês) eram interpretados como sinais evidentes de uma mudança de registo nas relações internas e externas das forças em presença. Em agosto de 1972, chegam boas notícias de Portugal: o então presidente Américo Thomaz concede maior autonomia aos territórios portugueses em África, notícia a que se somaria, em 14 de novembro seguinte, a resolução 2918 (XXVII) da Assembleia Geral da ONU que: «1. – Reafirma o direito inalienável dos povos de Angola, da Guiné (Bissau) e Cabo Verde e de Moçambique à autodeterminação e à independência» e «2 – Pede ao governo português que cesse imediatamente as suas operações militares e todos os actos de repressão contra os povos de Angola, da Guiné (Bissau) e Cabo Verde e de Moçambique» – Cfr. SILVA, A. E. Duarte – O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). *Análise Social*. 1ª série, Vol. XXX, n.º. 130 (1995) 42. Contudo, a História acabou por seguir rumos bem diferentes daqueles a que estes sinais apontavam. Em dezembro de 1972, Moçambique via o seu solo manchado pelo sangue dos três mais graves massacres ocorridos durante toda a Guerra Colonial (Chawola, Wiriyamu e Juwau), despoletando uma contestação ao conflito nunca antes verificada: em Londres, em visita oficial, Marcello Caetano é apupado e, em Lisboa, um grupo de católicos progressistas e de não católicos leva a cabo uma vigília e uma greve de fome na Capela do Rato, condenando quer o conflito quer o envolvimento da Igreja Católica no mesmo. Por sua vez, 1973 nasce manchado pelo assassinio de Amílcar Cabral, líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) (a 20 de janeiro) e vê nascer, na cidade da Beira (Moçambique) o Grupo Unido de Moçambique (GUMO), constituído por negros da classe média, como alternativa à FRELIMO, que pede maior autonomia e o fim da discriminação racial. O ano ficaria ainda indelevelmente marcado pela proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau, a 24 de setembro, pelo PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). O novo Estado é reconhecido internacionalmente por muitos países, mas não por Portugal, que continua com a guerra. No horizonte, tornava-se cada vez

manteve muito atento aos “sinais dos tempos”, dos quais vai fazendo eco nos seus textos. Em dezembro de 1974 escrevia:

«Temos assistido à destruição de algumas fazendas. Com que fim? Quem? Uma vez que se fizeram acordos de paz?! Que proveito das coisas destruídas e dos animais mutilados? Fazendas, a maior parte, de agricultores modestos. Alguém mentalizou as populações para actos de banditismo. Alguém terá que as mentalizar para o respeito e para o diálogo. A violência não cura outra violência – antes, gera mais... e fica um círculo vicioso. Os gestos violentos, porque impensados, atingem quase sempre inocentes»<sup>145</sup>.

Eram, efetivamente, os «prenúncios de guerra»<sup>146</sup> civil, na expressão-síntese com que Henrique Manuel Pereira intitula a secção dos textos referentes a este mesmo período, uma guerra cujo cheiro pairava no ar e que não tardou, como sabemos, a eclodir<sup>147</sup>.

---

mais nítida a imagem do desmoronar de um império, uma nova ordem que começava a ser reconhecida por homens como o General Spínola, que, a 22 de fevereiro de 1974, publica o seu livro *Portugal e o Futuro*, defendendo que a guerra, ativa há já 13 anos, não era a solução para o problema colonial. Em vez do conflito, o ex-governador da Guiné-Bissau defende a criação de uma federação da qual fariam parte, além de Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Após a publicação da obra, Marcello Caetano chegou a pedir a demissão ao Presidente da República, mas este não a aceitou. Depois, viria o 25 de Abril de 1974, e a nomeação de Spínola como novo Presidente da República (15 de maio) estão na origem de um radicalmente novo capítulo, marcado por negociações entre Portugal e o PAIGC (em Londres) e, a 6 de junho, entre Portugal e a FRELIMO, em Lusaka (Gâmbia), onde se deu o denominado “abraço de Lusaka” trocado entre Mário Soares, na altura ministro dos Negócios Estrangeiros do primeiro Governo português provisório, e Samora Machel, futuro Presidente de Moçambique e líder da FRELIMO. Mário Soares volta à Zâmbia três meses depois para a assinatura dos Acordos de Lusaka entre o Estado português e a FRELIMO a 7 de setembro de 1974.

<sup>145</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos. Vol. I (1963-1991)*, p. 137.

<sup>146</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos. Vol. I (1963-1991)*, p. 127ss.

<sup>147</sup> Em 15 janeiro de 1975 é assinado o Acordo do Alvor, formalizando um entendimento entre as partes beligerantes (MPLA, FNLA e UNITA) com vista ao fim da guerra de independência e ao início do processo de descolonização. Contudo, o acordo foi violado pouco tempo depois, dando assim início à guerra civil em Angola. A 25 de junho seguinte, é a vez de Moçambique declarar a sua independência, depois de mais de uma década de guerra de libertação: Samora Moisés Machel, que será o primeiro Presidente do país, faz o pronunciamento. Marcelino dos Santos, também da FRELIMO, assumiu o cargo de Vice-Presidente. Mas Portugal ainda não reconhece a independência de Moçambique. Ainda nesse mês de junho, as negociações das autoridades portuguesas com o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) prosseguem em Argel. Portugal e a UNITA chegam a acordo para pôr fim às hostilidades em Angola. Julho seria um mês triplamente “quente”: se em Portugal se vivia o verão da contestação ao Governo (com assaltos e ataques bombistas contra sedes dos partidos de esquerda, e a queda do Governo de Vasco Gonçalves), em Cabo Verde (5 de julho) e S. Tomé (12 de julho) ecoam gritos de esperança, pelas respetivas declarações de independência. Em outubro de 1975 acontecem as eleições gerais em Angola e, em 11 de novembro, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), em Luanda, proclama a independência da República Popular de Angola. Agostinho Neto assume a presidência do país. Portugal reconhece o Governo do MPLA. Em Nova Lisboa (atual Huambo), a FNLA e a UNITA também proclamam a República Democrática de Angola, que a comunidade internacional nunca virá a reconhecer. Renascem

Antes de avançarmos na análise dos ditos relatos, cumpre aqui fazer um breve inciso, em jeito de sumário, acerca do papel e posição assumidos pela Igreja Católica durante os dois conflitos (guerra da independência e guerra civil), uma vez que também eles ajudam a compreender não só o contexto do que aqui se narra mas igualmente os (in)sucessos verificados. Para tal, ter-se-á que começar por analisar brevemente os contornos de que a questão se reveste ao nível da metrópole; depois, caberá uma análise da situação *in loco*, ou seja, em território africano, onde os contornos da realidade eclesial (não apenas católica, como veremos) e as respetivas interseções com o despoletar e evoluir do conflito são ainda mais pluriformes.

Assim, no caso da guerra da independência (1961-1974), e no que concerne a Portugal Continental, constata-se que algumas estruturas da hierarquia Católica (bem como alguns grupos ligados à Acção Católica) foram não só promotores como responsáveis por boa parte da «legitimação espiritual da presença de Portugal no Ultramar»<sup>148</sup>. De acordo com a leitura de Duncan Simpson, a presença (e mesmo controlo/“posse”) das colónias (ou “províncias ultramarinas”, de acordo com a nova nomenclatura adotada a partir de 1951<sup>149</sup>) era uma questão que extravasava as dimensões geopolíticas e económico-estratégicas tradicionais: era uma questão «de direito divino», pois invocavam-se aqui «direitos de propriedade [que] não se alterariam por vulgares contingências temporais, tal como a onda global de descolonização»<sup>150</sup>. Esta visão, juridicamente assente e balizada pela *Concordata e Acordo Missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa* de 1940, e caracterizada também por uma “intimidade” e “cordialidade” que tinha o seu modelo nas simpatias pessoais dos dois protagonistas em questão – Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira e António Oliveira Salazar – propugnava, por conseguinte, que «As “províncias ultramarinas” eram [...] o fruto da vocação

---

as expectativas de pacificação, quase imediatamente goradas, voltando a instalar-se a Guerra Civil. UNITA e FNLA lutam com o apoio da África do Sul contra o Governo do MPLA, que tem o apoio de soldados cubanos. É uma das guerras mais sangrentas durante o período da Guerra Fria, que ficou marcado pelo conflito entre os EUA e os seus aliados ocidentais, que apoiaram a UNITA e FNLA, e a União Soviética, que apoiou o MPLA. Devido às riquezas naturais e potencialidades económicas de Angola, o processo de descolonização deste território foi o mais longo entre todas as colónias portuguesas. Ver, a este respeito, a síntese de NANGA, Joaquim Avelino Cafunda – *Igreja Católica em Angola entre a guerra e a paz: um olhar a partir da experiência verbita: 1975-2002*. Dissertação de Mestrado Integrado em Teologia (1º Grau Canónico). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia, 2019, p. 16ss. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/27479>. Consultado em 10 de setembro de 2021.

<sup>148</sup> Cfr. SIMPSON, Duncan – *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2014, 186-88.

<sup>149</sup> Por consequência da inclusão do “Acto Colonial” (1930) no texto da Constituição da República Portuguesa, então alvo de revisão.

<sup>150</sup> SIMPSON, Duncan – *A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar*. *Locus: Revista de História*. Vol. 18, n.º 1 (2012) 104. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20364/22372>. Consultado em 10 de setembro de 2021.

providencial da nação, realizada pela acção heróica dos missionários que acompanharam os soldados da Expansão portuguesa»<sup>151</sup>. Não obstante esta «associação da Igreja ao esforço de mobilização nacional durante a guerra»<sup>152</sup>, patente quer nos discursos (tanto de políticos como de eclesiásticos) quer nas práticas simbólico-ritualísticas (sobretudo as «orquestradas pelo regime, com relevo para as comemorações anuais do “Dia de Portugal” no 10 de Junho»<sup>153</sup>, mas também em tudo o que orbitava em torno do “fenómeno Fátima”<sup>154</sup>), a hierarquia católica portuguesa não deixou de experimentar alguns dissabores, sobretudo no quadro das relações diplomáticas trilaterais entre esta, a Santa Sé e o governo português. Se, em 1951, tinham sido as negociações em torno dos direitos do Padroado do Oriente e a (não) inclusão do nome de Deus na Lei Fundamental a causar algum desconforto<sup>155</sup>, este agravou-se substancialmente com o advento de uma nova doutrina (mais tarde explicitada e assumida na Carta Encíclica *Pacem in terris* de João XXIII, bem como nos documentos emanados do II Concílio do Vaticano), instauradora de uma igualmente nova prática papal<sup>156</sup>, que dava claros sinais de crescente abertura face às intenções de independência/autoafirmação dos povos, ideias e práticas que chocavam frontalmente com as aspirações e posições do regime<sup>157</sup>. Ao mesmo tempo, a denominada “oposição católica” ao regime, mais perceptível sobretudo a partir das eleições presidenciais de 1958, era incipiente e, em rigor, inconsequente, malgrado o arrojado de figuras como os padres Abel Varzim, Alberto Neto ou Felicidade Alves, o protagonismo e ação do bispo do Porto D. António Ferreira Gomes (mormente a sua “Carta ou pró-memória a Salazar”, de 13 de julho de 1958); ou iniciativas como a distribuição do “Manifesto dos 101” (no quadro da campanha eleitoral de 1965)<sup>158</sup> ou as reuniões (“vigílias”)

<sup>151</sup> SIMPSON – A Igreja Católica, 104.

<sup>152</sup> SIMPSON – A Igreja Católica, 105.

<sup>153</sup> SIMPSON – A Igreja Católica, 105.

<sup>154</sup> «O que Fátima promovia no campo do ritual e da religiosidade popular, a Concordata garantia no que diz respeito às estruturas de Igreja e Estado» – SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 48.

<sup>155</sup> Cfr. SANTOS, Paula Borges – *A segunda separação. A política religiosa do Estado Novo (1933-1974)*. 1ª ed. Coimbra: Edições Almedina, 2016, p. 176-98.

<sup>156</sup> Que atingiria o seu ápice na receção concedida pelo Papa Paulo VI aos três líderes dos movimentos de libertação das então colónias portuguesas, tal como já referido na nota n.º 146.

<sup>157</sup> «O Estado Novo não fazia tenção de ceder aos “ventos de mudança” que sopravam no palco colonial internacional. Por conseguinte, recorreu a manobras de natureza legalista e a um discurso pseudo-antropológico para legitimar a continuação da presença portuguesa no Ultramar». – SIMPSON – *A Igreja Católica*, p. 185.

<sup>158</sup> Tendo como título completo “Manifesto dos 101 católicos contra a política colonial da ditadura”, é publicado a 4 de outubro de 1965, em plena sintonia (cronológica e “espiritual”) com a realização da última Sessão do II Concílio do Vaticano. Era a primeira vez que um grupo de leigos católicos assumia não só um claro apoio à oposição ao regime como manifestava abertamente a sua intenção de intervir para o debate político e social, dando assim nota da desejada renovação de perspetivas e de um “outro modo de ser Igreja” a que o Concílio apontava. Entre os seus signatários contam-se nomes que, a seu modo, já

em prol da paz (na Igreja de São Domingos, a 1 de janeiro de 1969, e na Capela do Rato, a 30 de dezembro de 1972) de iniciativa preponderantemente laical.

Não obstante, embora simbolicamente relevantes, os efeitos práticos de todos estes episódios (a que se somam muitos outros ao nível da discussão política intra e extra parlamentar, de outras iniciativas editoriais e de intervenção cívico-cultural, etc.) foram quase nulos, em pouco ou nada alterando o curso dos acontecimentos (pelo menos, no seu imediato). Em suma, «A inclusão no sistema português propiciou à Igreja Católica algumas vantagens e benefícios»<sup>159</sup> (nomeadamente no que concerne a questões de registo civil e do sistema educativo/escolar...), embora «também significava um peso e um aprisionamento da Igreja. A “utilidade imperial” concedida pelo Estado significava, na verdade obrigação: a Igreja era obrigada a identificar-se com os planos oficiais de civilização e os programas de colonização»<sup>160</sup>, algo que se torna mais evidente com uma análise mais fina do contexto africano.

Transitando então para o horizonte africano, e em particular o angolano, é certa a observação do pastor luterano e historiador Benedict Schubert, invocando a “dimensão espiritual” do movimento colonizador português, para quem

«As Igrejas tiveram mais sucesso no seu trabalho de evangelização do que o Estado com a “civilização”. O recenseamento de 1960 mostrou que cerca de dois terços da população angolana tinha sido cristianizada após apenas 100 anos de efectivo trabalho missionário. A maioria era católica. A minoria protestante, porém, não era tão insignificante como em Portugal, mas perfazia quase um terço dos cristãos angolanos»<sup>161</sup>.

Por isso, «Para a população angolana as Igrejas representavam “o único aspecto luminoso da colonização” [...] principalmente na questão da saúde e da educação»<sup>162</sup>. Assim, «Em 1960 a Igreja católica subdividia-se em um arcebispado, Luanda [...] e quatro dioceses [dirigidas todas elas por] bispos da metrópole, conscientes da sua identidade portuguesa e seguidores dos regulamentos do regime»<sup>163</sup>. Por conseguinte, «a ligação entre a fé católica e o nacionalismo

---

eram (ou viriam a ser) protagonistas de um debate que se tornou, a partir de então, muito mais aceso e que acabou por assinalar a rutura na (idealizada e tantas vezes incorretamente invocada) unanimidade dos católicos face ao regime, v. g.: António Alçada Baptista, António Barbedo de Magalhães, Francisco Lino Neto, Helena Cidade Moura, João Benard da Costa, Ruy Belo, Sophia de Melo-Breyner, Pedro Tamen e Nuno Teotónio Pereira.

<sup>159</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 49.

<sup>160</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 50.

<sup>161</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 46.

<sup>162</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 47.

<sup>163</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 50.

português [...] actuava como uma unidade patriótica compacta»<sup>164</sup>, muito embora pudessem ocorrer alguns episódios – esparsos – de algum distanciamento ideológico em relação ao regime, mas nunca concretizado em resistência concreta. As manifestações de algum incómodo tinham, assim, como mais prováveis protagonistas os membros das missões religiosas não-portuguesas (que, à data, eram à razão de «um terço dos religiosos e um em cada sete auxiliares»<sup>165</sup>), vistos como “estrangeiros” e com desconfiança pela hierarquia católica. Com efeito,

«[...] em 1960 existiam apenas sinais de uma Igreja católica de oposição em Angola. Algumas personalidades da Igreja manifestavam, individualmente, críticas em relação ao regime. Entre estas encontravam-se padres e seminaristas nativos [...]; um dos mais importantes, Joaquim Pinto de Andrade, o chanceler do arcebispado de Luanda, já estava na prisão nesta altura»<sup>166</sup>.

Consequentemente, «começam a surgir grupos de oposição: seminaristas de Nova Lisboa [...]; ex-seminaristas e três padres não-portugueses fundaram a “Juventude Cristã de Angola/JCA” [...]. Tratavam-se, porém, de movimentos muito pequenos, círculos marginais»<sup>167</sup>. Origina-se, assim, no ideário angolano, um esquema de compreensão da realidade eclesial e religiosa em que o catolicismo é definido como a “igreja dos colonizadores”, o protestantismo a “igreja dos colonizados”, sendo a alta hierarquia católica a “Igreja dos poderosos”<sup>168</sup>. Contudo, o mesmo autor não deixa de alertar para o perigo destas simplificações:

«Uma visão propagandística transforma tendências em factos e afirma que os Protestantes teriam tomado o partido dos movimentos de libertação, enquanto que os católicos teriam continuado a abençoar o sistema colonial. De facto, também existiam círculos no protestantismo que consideravam o poder colonial português como autoridade legítima, porque instituída por Deus, bem como também havia agrupamentos católicos que apoiavam a luta contra o colonialismo»<sup>169</sup>.

Posto isto, o que se nos oferece dizer após uma análise abrangente da vasta documentação referente a muitas destas comunidades/missões, quer católicas quer protestantes, e mesmo dos relatos (diretos ou indiretos) de muitos destes protagonistas (clérigos e/ou leigos), é que as comunidades eclesiais presentes

<sup>164</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 51.

<sup>165</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 51.

<sup>166</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 51.

<sup>167</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 52.

<sup>168</sup> Cfr. SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 52.

<sup>169</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 84.

no território (católica, protestante e metodista) manifestam, entre os seus membros, uma grande pluralidade de posicionamentos face ao regime e ao sistema colonial então em vigor e que, conseqüentemente, padecem de semelhantes conseqüências (nefastas) correspondentes aos ditos posicionamentos. Sendo certo que podemos falar de uma «resistência católica»<sup>170</sup>, também será justo reconhecer que «O facto de protestantes terem participado da luta da independência transformou a desconfiança latente dos Portugueses numa inimizade aberta»<sup>171</sup>, concretizada esta em perseguições a várias comunidades/missões<sup>172</sup>. Uns e outros, católicos e protestantes, «participaram activamente na resistência e que entendiam a luta como a sua resposta às exigências da ética cristã»<sup>173</sup>, tendo pago um alto preço (expulsão, prisão ou mesmo morte<sup>174</sup>) por tal posicionamento crítico. Do mesmo modo, entre aqueles que permaneceram em território angolano durante todo o conflito, duas posições “de base” foram assumidas:

- de um lado encontravam-se os que entendiam que, apesar de tudo, era possível continuar a ser cristão dentro do sistema português (“Igreja no sistema”). Considerando os propósitos portugueses legítimos, entendiam

---

<sup>170</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 94-98. Neste quadro, poderíamos registar o protagonismo de D. Moisés Alves de Pinho, arcebispo de Luanda, e dos padres-missionários Espiritanos (particularmente o espanhol Waldo Garcia e os portugueses Jorge Sanches e Fernando Santos Neves), a que se somam, de acordo com a «lista de D. [Francisco da] Mata Mourisca», o «P. Alexandre do Nascimento (hoje Cardeal e Arcebispo Emérito de Luanda); Cónego Monsenhor Manuel das Neves; P. Manuel Franklin da Costa (foi Bispo do Saurino, arcebispo do Huambo e do Lubango); P. Joaquim Pinto de Andrade; P. Lino Guimarães; P. Vicente José Rafael; P. Domingos Gaspar; P. Alfredo Osório e P. Martinho Campos [...] José Veiga e Salvador Cabral» – cfr. NEVES, Tony – *Justiça, Paz e Direitos Humanos nas mensagens da Igreja Católica Angolana (1989-2002)*. *Missão Espiritana*. Vol. 10, n.º 10 (1 dez. 2006) 520. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/missao-espiritana/vol10/iss10/6>. Consultado em 12 de setembro de 2021. Para o historiador e missionário protestante em Angola, Lawrence W. Henderson, os citados padres Joaquim Pinto de Andrade, Manuel Mendes das Neves, Alexandre do Nascimento e Manuel Franklin da Costa constituem mesmo a «*élite* angolana da hierarquia católica [que] foi presa por se suspeitar que desenvolvesse actividades subversivas» (cfr. HENDERSON – *A igreja em Angola*, p. 338), acusação (de subversão) que era originalmente feita às comunidades protestantes do Norte de Angola que se tinham deixado influenciar por «forças externas [...] a partir da fronteira do Congo» e que, assim mesmo, estariam na origem da «eclosão do terrorismo» naquela região e, “*a fortiori*”, do próprio conflito (cfr. HENDERSON – *A igreja em Angola*, p. 334) embora saibamos que, em rigor, «A informação fragmentada e contraditória sobre este período tornou muito difícil destrinçar os dados fiáveis relativos aos primeiros dias da rebelião. Não se sabe quem ordenou e planeou os ataques, escolheu os operacionais e ordenou as cumplicidades. [...] Não é impossível que alguns missionários protestantes tenham sido avisados daquilo que estava para acontecer. [...] Sem se dispor de fontes de confiança, apenas se pode reconstruir a situação, que os portugueses definiram como “confusão”». – WHEELER e PÉLISSIER – *História de Angola*, p. 260-61.

<sup>171</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 85.

<sup>172</sup> Cfr. SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 86-88.

<sup>173</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 89-94.

<sup>174</sup> Os relatos de Lawrence W. Henderson a este respeito, quer relativos a católicos quer a protestantes e metodistas, são bastante elucidativos. Cfr. HENDERSON – *A igreja em Angola*, p. 317-319.321-341.

ser missão da Igreja apoiá-los e defendê-los; para estes, «a missão divina de Portugal tem que ser defendida»<sup>175</sup>, posição que era maioritária entre os bispos de Angola (cuja reação aos episódios do Norte de Luanda na sua *Exortação Pastoral* de 14 de abril de 1961<sup>176</sup> é disto mesmo exemplificativa);

- de um outro lado, estavam os que, embora criticassem alguns dos aspetos do colonialismo português, entendiam que a resposta armada era inadequada para resolver a situação. Defendiam, por sua vez, uma adaptação da Igreja e das suas estratégias em ordem ao cumprimento da sua “verdadeira missão” evangelizadora e de serviço às populações. Para esta «Igreja fiel ao sistema, fundamentalmente optimista a respeito da situação em Portugal e nas colónias portuguesas»<sup>177</sup>, as referências às missões protestantes (e ao sofrimento das suas populações) ou às vozes dissonantes dentro do clero (como os três padres espiritanos atrás citados) não vão além de umas breves notas *en passant* no quadro da História de Angola daquele período. Assim fez D. Manuel Nunes Gabriel, antigo bispo de Luanda, na sua *História eclesiástica de Angola* publicada 3 anos após a independência, onde o “protestantismo” aparece como “Apêndice” à dita História<sup>178</sup>.

Finalmente, havia ainda aqueles para quem «a guerra não pode impedir a missão divina da Igreja»<sup>179</sup>: rejeitando um qualquer tipo de envolvimento político na questão, preferiam continuar a considerar que a missão da Igreja não poderia ser posta em causa (nem misturada) com estas questões. Por isso, a sua preocupação deveria ser focada no culto, na evangelização e na caridade, de acordo com um “cristianismo de cristandade” (avesso, portanto, às mutações sociais). É este o “cristianismo” então vigente: que, efetivamente, registou um “crescimento” (não já «em flecha»<sup>180</sup>, como nos anos cinquenta», mas agora de forma mais moderada), patente sobretudo nas novas dioceses entretanto criadas<sup>181</sup> e na proliferação e

<sup>175</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 103.

<sup>176</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE ANGOLA E SÃO TOMÉ – *Exortação Pastoral dos Bispos de Angola* (14-04-1961). *Boletim de Informação Pastoral*. 12 (1961).

<sup>177</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 105.

<sup>178</sup> GABRIEL – *Angola, cinco séculos de cristianismo*, p. 597-608. O prelado, em obra posterior, chega a dizer, a respeito deste período, que este se trata de «um capítulo sobre o qual preferia passar uma esponja, tão cheio de escolhos e dolorosas recordações ele apresenta!» – GABRIEL – *Memórias Missionárias*, p. 211.

<sup>179</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 106-11.

<sup>180</sup> Cfr. os números apresentados por GABRIEL – *Angola, cinco séculos de cristianismo*, p. 492.

<sup>181</sup> «Sá da Bandeira (1955), Malanje (1957), Luso (1963), Carmona (1967) e Benguela (1970). [...] Em Agosto [de 1975] são criadas as novas dioceses de Novo Redondo, Henrique de Carvalho, Serpa Pinto e Pereira d’Eça». – GABRIEL – *Angola, cinco séculos de cristianismo*, p. 258.

abrangência das missões e da influência das congregações e institutos missionários (em particular os femininos, que se destacaram nas áreas da saúde e educação<sup>182</sup>) e que, alicerçado em tais estruturas, tenta resistir aos ataques dos “novos tempos”.

Contudo, não se pense que apenas entre os católicos se dava esta “colagem pragmática” ao regime colonial: também entre os protestantes havia dissensões – de que as discussões nas conferências das missões são claro testemunho – quanto à melhor atitude/posição a adotar face ao regime e a toda a situação<sup>183</sup>.

Vale, também aqui, a conclusão de Benedict Schubert a este respeito:

«Havia tanto católicos como protestantes na “Igreja no sistema”. Da mesma maneira não se pode contar somente a cúpula da hierarquia católica à ala da cristandade angolana extremamente fiel ao sistema; aconteceu que nas denominações protestantes com membros portugueses e missionários portugueses também se defendia a autorização do poder colonial em zelar pela ordem e tranquilidade em Angola. Apesar disso, há que ser vista uma diferença fundamental, que não residia na postura das Igrejas católica ou protestantes frente ao sistema, mas sim na postura do sistema e dos seus responsáveis frente às Igrejas. Enquanto que aos olhos do poder colonial a Igreja católica, seus membros e responsáveis eram vistos, até prova em contrário, como fiéis a Portugal, para as missões e Igrejas protestantes valia exactamente o oposto»<sup>184</sup>.

Reportando-nos agora ao período da guerra civil, a Igreja Católica preocupou-se, sobretudo, pelo contínuo apelo à paz, à reconciliação e ao desenvolvimento do país, munindo-se, a partir deste ano de 1975, dos meios de comunicação social (“Rádio Ecclesia”) e da divulgação de Cartas Pastorais dedicadas a questões prementes vividas pelo povo angolano<sup>185</sup>. Entre 1975 e 2002 (assinatura do Memorando de Lwena e respetivo cessar-fogo) foram 48 mensagens publicadas pela Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) a apelar à paz, embora de débil efetividade prática.

A guerra aumenta, pois, de intensidade e os seus efeitos são cada vez mais sentidos pelos habitantes das Casas do Gaiato de Malanje e Benguela. Em Malanje, a Casa do Gaiato acolhia, em março de 1975, 90 rapazes<sup>186</sup>, que ali experimentavam a tranquilidade possível numa região onde os confrontos entre os movimentos beligerantes foram «muito graves»<sup>187</sup> e eram cada vez mais preocupantes as notícias que lhes chegavam:

<sup>182</sup> Cfr. SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 107.

<sup>183</sup> Cfr. SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 108-10.

<sup>184</sup> SCHUBERT – *A Guerra e as Igrejas*, p. 110-11.

<sup>185</sup> Cfr. NANGA – *Igreja Católica em Angola entre a guerra e a paz*, p. 21ss.

<sup>186</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 139.

<sup>187</sup> GABRIEL – *A Diocese de Malanje*, p. 345-50; GABRIEL – *Memórias Missionárias*, p. 11.

- do crescente fluxo dos “retornados”: «Esperam à beira do cais ou nos salões dos aeroportos [...]. O navio ou o avião os levará para um novo arranque a partir do zero»<sup>188</sup>;
- da debandada de padres: «O padre X vai embora. o padre Y deixou de visitar as sanzalas. Medo?»<sup>189</sup>;
- de novos ataques: uma fazenda de casal de italianos, «atacados por metralhadoras sem lei. Roubaram. destruíram. maltrataram o casal indefeso, pondo até gindungo nos olhos. Triste para um país quando reina a lei da metralhadora! Que sejam chamados a juízo os que faltaram à justiça – negros e brancos, pois claro»<sup>190</sup>.

Mas, mesmo assim, os Padres da Rua resistem... enquanto tal lhes é possível:

«Consolou-me o testemunho vivo e palpitante do meu amigo Pe. António que numa missão no centro de Angola continua a dizer que o Senhor é em todo mundo, que não há cores, que os cristãos o devem ser debaixo de qualquer bandeira. Permanecer nos dias de angústia e de lágrimas. Se amanhã disserem ao meu amigo que não vá à sanzala X – porque há confusão e guerra, ele com o mesmo sorriso de sempre entrará no jeep e irá. Padres do Senhor. Os outros? Fugitivos de si próprios. Nunca encontrarão nada. Terra árida... nem uma gota de cacimbo a luzir numa erva seca»<sup>191</sup>.

«Esperar apesar de tudo» (na densa expressão de J. B. Metz e Elie Wiesel<sup>192</sup>); esperar contra toda a esperança: assim se poderia resumir a atitude dos Padres da Rua naquele período tão conturbado: «Os guerrilheiros guardam a cidade. Continuo a acreditar nos homens»<sup>193</sup>. Entretanto,

«Chegou a Independência. A Obra da Rua que antes não servira nenhuma bandeira – apenas com uma preocupação, a de servir ao Pobre, ao Abandonado – estava, por isso mesmo na vanguarda da Libertação verdadeira. No meio das convulsões que acompanharam este passo decisivo na história do povo de Angola, a Obra da Rua, fiel a si mesma, continuava a ser o lugar de encontro, de refúgio e segurança para muitos e muitas famílias, nos momentos difíceis que então se viveram. Santuários por todos respeitados, a violência e o ódio que a gerava, paravam diante da Porta Aberta que era a Casa do Gaiato. E a vida

<sup>188</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 142-43.

<sup>189</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 142-43.

<sup>190</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 142.

<sup>191</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 142-43.

<sup>192</sup> METZ, Johann Baptist; WIESEL, Elie – *Esperar a pesar de todo*. Madrid: Editorial Trotta, 1996.

<sup>193</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 144.

normal seguia seu caminho dentro das suas portas. Entretanto, à medida que o tempo ia passando, nuvens carregadas de incerteza quanto ao futuro da sua existência, começaram a aparecer no horizonte. Firmes no seu posto, bem apoiados na esperança e confiança daqueles a quem serviam, os responsáveis a quem a Obra da Rua confiou o encargo de guardar este tesouro, mantiveram-se até ao fim: “Nunca havereis de acusar-nos de abandono do nosso posto de serviço” – foi dito aos detentores do poder de então»<sup>194</sup>.

Conquanto tendo evitado qualquer leitura política da sua presença e ação no meio das comunidades autóctones, os Padres da Rua não foram capazes de evitar a nacionalização das Casas do Gaiato em África, ocorrida esta em setembro de 1975:

«Embora nos apetecesse o silêncio enquanto nossos padres Telmo, Manuel António e José Maria não dão, eles próprios, suas notícias, o apelo da grande Família extra-muros não nos permite consentir o apetite. Perguntam-nos muitos o que se passa em nossas Comunidades africanas. Pois aqui deixamos relato breve da situação presente: Em Moçambique tudo que diz respeito a Educação e Assistência foi nacionalizado, como muitos outros sectores da vida – sabe-se. Portanto nossa Casa do Gaiato de Lourenço Marques, também. Para além do arrolamento da quinta, casas e pertences, como se concretizará a nacionalização? Que condições de sermos Obra da Rua nesse querido País recém-nascido, ao serviço do seu Povo, na linha que Pai Américo traçou? Eis uma interrogação ainda sem resposta. Fomos para ficar. Não duvidamos da nossa razão de ser lá. Mas se o Poder que rege nos rejeitar como somos, nós não rejeitaremos o que Pai Américo quis que fôssemos, a vocação a que fomos chamados. “Pobres sempre os tereis convosco...” Em qualquer latitude, de qualquer raça ou cor – Eles serão sempre a nossa parte»<sup>195</sup>.

Percebe-se, portanto, que foi por

«Razões de ordem exclusivamente política – a que a Obra da Rua era alheia, como claramente foi afirmado – não permitiram que as Casas do Gaiato, em Angola, pudessem continuar a cumprir a sua missão. A Obra viva, feita de pedras vivas – cada rapaz era uma pedra viva – desmoronou-se com a dispersão dos seus membros. Nos corações de cada um ficou gravada a passagem pelas Casas do Gaiato. Novo destino lhes foi dado, de acordo com a ideologia do poder. E, de momento, assim é»<sup>196</sup>.

---

<sup>194</sup> *Obra da Rua*, p. 192-93.

<sup>195</sup> GALAMBA, Padre Carlos -África. *O Gaiato*. (13 set 1975) 2.

<sup>196</sup> *Obra da Rua*, p. 192-93.

Assim, a 28 de novembro de 1975 é oficializada a extinção da Casa do Gaiato de Lourenço Marques (Moçambique):

«A Casa do Gaiato de Lourenço Marques foi extinta. Uma decisão sem apelo, da Presidência, pôs termo e sancionou a cobiça do Ministério do Interior. Os rapazes, no mesmo dia 28 de Novembro de 1975, partiram para o Seminário da Namaacha, tomado à Igreja e já desocupado. A nossa Aldeia ficou deserta e despojada. As casas, de pé, mas mortas! A história é longa e poderá ser contada a seu tempo. Tentei, a todo o custo, ficar ao lado dos rapazes, com uma função educativa. Impossível! Para salvaguardar a pureza da revolução há que imunizar “os continuadores de toda a influência religiosa obscurantista”. Medida geral de carácter anticonstitucional, pois já fecharam muitas igrejas ao culto, transformando-as em salas de comício e manifestações culturais. Duas mágoas conservo gravadas para sempre: Uma, por ter deixado os rapazes que eram meus e nunca mais sentirão afecto, nem viverão em amizade, porque a palavra de ordem é “vigilância”! A outra, porque o acontecido não passa de um roubo às Crianças de Moçambique. Representava para elas tudo o que tinham; misturaram muito suor com a argamassa dos caboucos e placas; há ali muito trabalho exclusivamente seu; aquela Aldeia foi levantada com a generosidade e sacrifício de muitos e o dinheiro do Governo não foi tanto que desse sequer para o arrotear das terras. Uma Obra assim, vê-la transformada em centro de preparação da Polícia Secreta, faz doer, não é justo. Alguma alegria conservo para atenuar: de ter colaborado, de mãos vazias, mas apaixonadamente, para o Povo Moçambicano, no bem das suas Crianças mais carecidas. E ainda uma gratidão íntima e intensa a todos quantos nos ajudaram, desde o primeiro momento até àquele em que foi preciso o custear a viagem de retorno. Deus seja louvado!<sup>197</sup>».

«[Foi] ocupada pela Frelimo, onde esta força política instalou a escola da sua polícia secreta, fazendo dos nossos edificios escolares, prisões, atirando os rapazes, o padre Zé Maria e os casais portugueses que o acompanhavam, para a rua, sem qualquer alternativa. A revolução tudo justificava. [Padre José Maria] Regressou a Portugal, às nossas Casas, completamente transtornado, como era de prever e se via na barba negra a chegar à cintura e num olhar sempre fito no infinito, indecifrável. [...] Passou pela Casa do Gaiato de Benguela e, de lá, convidado pelo padre Mata, ex-pároco da catedral de Lourenço Marques, actual Maputo, foi para o Brasil, onde ambos se dedicaram aos pobres numa cidade interior, dividida em ruas térreas, sem alcatrão, e casas de tijolo à vista, sem reboco»<sup>198</sup>.

<sup>197</sup> *Obra da Rua*, p. 194-95.

<sup>198</sup> ACÍLIO – Património dos Pobres 4.

Quanto a Benguela, Padre Manuel António permanece ainda algum tempo em Angola, colaborando na paróquia da Sé<sup>199</sup>; contudo, acaba por ser forçado a regressar a Portugal, onde mais tarde haveria igualmente de servir a Obra como seu diretor (1987-1992)<sup>200</sup>.

Na Casa do Gaiato de Malanje, “resistência” foi ainda a palavra de ordem:

«Em Angola, não poderíamos fugir ao contexto de inquietação, tónico em todo o País. Mas é maravilhosa a protecção de Deus. De Malanje-cidade resta a desolação. A Casa do Gaiato permanece incólume e nela Padre Telmo com os seus rapazes, que não teriam para onde ir. E estão. Só os “Batatinhas”, por medida de segurança, foram para Benguela. Mas onde mora a segurança? Deus os guarde a todos como tem guardado e os livre do espectro da fome que é agora a ameaça imediata e dominante. Em Benguela, tudo foi calmo até há semanas. Mas desde então, a presença de vários refugiados é agulhão permanente que todos irmana no sofrimento. E o suporte económico da cultura e exportação de bananas (agora ocasião de imensos prejuízos) e do trabalho nas oficinas de carpintaria e serralharia (agora defrontando uma construção civil paralisada) faz estremecer quem tem neste momento a responsabilidade de mais de 150 bocas, não contando o pessoal nativo que ali tinha o seu pão»<sup>201</sup>.

Apesar de todos os esforços em contrário, a 3 de abril 1979 dava-se igualmente o encerramento da Casa do Gaiato de Malanje que se transfere (e se transforma...) para a Carianga:

«Sim... já não é a nossa Casa do Gaiato. É Escola Provisória com os Serviços de Educação a tomar conta. [...] Viemos, com alguns rapazes que já têm 18 anos (a educação entre os 5 e os 18 pertence só ao Estado), ocupar uma fazenda abandonada – a Carianga. [...] Será aqui a “nossa Casa” ao serviço dos que mais precisam: no testemunho do Senhor em 50 sanzalas que nos rodeiam. Na ajuda mecanizada às lavras. No amparo aos doentes, velhos e pobres. Numa manhã de sol voltarão os gaiatos...»<sup>202</sup>.

Qual “fénix” que renasce das cinzas (ou de muito ténue e aparentemente fraco braseiro), a Obra permanece viva em Angola, no esforço hercúleo com que

---

<sup>199</sup> Cfr. MENDES, Padre Manuel – De mãos abertas. *O Gaiato*. (19 dez 2020) 4.

<sup>200</sup> «Como as autoridades angolanas restituíram essas Casas do Gaiato e a pedido dos Bispos, o Padre Manuel António voltou novamente em Maio de 1992, para retomar a Casa do Gaiato de Benguela; na qual se manteve como responsável. De saúde precária, deixou essa Casa com o Padre Arnaldo Joaquim; e, no início de 2020, regressou a Portugal para repousar dos seus trabalhos. Ultimamente, viveu no Calvário [em Beire, Paredes]. Faleceu a 6 de dezembro de 2020, no Hospital Padre Américo – Penafiel, com 86 anos». – MENDES – De mãos abertas 4.

<sup>201</sup> *Obra da Rua*, p. 190.

<sup>202</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 159.

Padre Telmo e seus rapazes, uma vez mais, deitam mãos à obra, construindo, reconstruindo, servindo... e sempre agradecendo o poderem permanecer onde sempre quiseram estar. Ali bem perto (a 400m de distância), «Padre José Maria fez a planta e ajudou a fazer os alicerces da Escola da sanzala de Camassesse [...]. Camarada Director Escolar nomeou já professores. As crianças estão felizes»<sup>203</sup>. E só isso lhe importava...

Assim haveriam de resistir até inícios de 1981, data em que Padre Telmo Ferraz regressa a Portugal, para assumir a direção da Obra da Rua, tornando-se no «3º sucessor do saudoso Padre Américo»<sup>204</sup>. Na hora da partida, confessa a sua mágoa pelos rapazes que ficam para trás, particularmente «os mais pequeninos», em nome dos quais ainda se atreve a suplicar ao «Delegado da Educação» que nunca lhes faltasse alguém para lhes dar o tão necessário carinho. «Sem dúvida que poremos aqui uma assistente social que os acompanhe», respondeu. Sorri. Claro que a dita nunca apareceu»<sup>205</sup>. Consigo vieram «[...] o Carlitos e o Augusto, 13 e 15 anos, filhos de pais brancos e mães pretas. Os pais mandaram-me um documento a provarem que eram pais, queriam os filhos e se responsabilizavam por eles. Aceitaram. Chamaram a si – como compete e é justo. Valham-nos estes gestos luminosos [...]»<sup>206</sup>.

Por conseguinte, os artigos posteriores ao seu último texto referente a este período (“África”. *O Gaiato* (21 fev. 1981) reflectem sobretudo as vivências de Padre Telmo em Portugal, nesse seu “exílio”. São (como nunca o deixaram de ser) artigos sobre a Obra e a sua missão, sobre a memória do seu fundador, sobre os eternos problemas da Família, da Educação, com a Criança, os Pobres, os Doentes, os Esquecidos – os tais onde, de acordo com Pai Américo, era sempre necessário redescobrir o rosto do Mestre – e o Evangelho da Esperança, bem no centro das suas preocupações. Não obstante, para a história que aqui nos ocupa, teremos que dar novo salto – de 10 anos – até 1991, para podermos retomar a trama que aqui mais nos importa descrever.

## 2.6. 1991-1992: a “semente africana” renasce

«Nunca perdemos a esperança de que os ventos da história soprariam noutra direcção»<sup>207</sup>. Foi, com certeza, esta firme esperança que alimentou o sonho dos Padres da Rua durante o seu “exílio”, tenha sido este concretizado no seu regresso (forçado) a Portugal ou rumo a outras periferias (como o Brasil, no caso de Padre

<sup>203</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 163-64.

<sup>204</sup> GABRIEL – *A Diocese de Malanje*, p. 245, nota.

<sup>205</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 173.

<sup>206</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 177.

<sup>207</sup> *Padre Manuel António*, p. 224.

José Maria) de que a história da Obra da Rua em África ainda não tinha chegado ao seu derradeiro capítulo. E assim foi, de facto.

O ano de 1991 ficou marcado pela consolidação das condições necessárias ao regresso da Obra da Rua a África: quer o Padre Manuel António<sup>208</sup> quer o Padre Telmo<sup>209</sup> relatam a vontade manifestada pelos Bispos de Malanje e Benguela para que tal acontecesse, um desejo igualmente partilhado pelo Governo Moçambicano, como nos relata, por sua vez, o Padre Acílio nas páginas d'*O Gaiato*:

«Com o evoluir da guerra civil fratricida, o senso social veio ao de cima e tanto o Episcopado como o Governo Moçambicano pediram o nosso regresso, e o presidente Joaquim Chissano influenciou para que nos fosse dada uma propriedade, já sob o domínio da coroa Inglesa, onde o padre José Maria, com a irmã Quitéria, começaram a trabalhar e a darem-se aos pobres – os quais era todo o povo daqueles arredores sem nenhuma excepção. [...] [Assim] Numa aldeia vizinha, começaram por criar escolas, postos de saúde, oficinas de culinária, padaria, alfaiataria, sapataria, carpintaria, agropecuária e fabricação de blocos de cimento e areia, fornecida pelo padre Zé a troco de uma certa quantidade de blocos. Foi um trabalho insano com homens não habituados a fazer patavina. Começou por onde devia principiar: Por abrir a cabeça aos pobres. Sem desprezar esta hercúlea acção, num raio cerca de quarenta quilómetros, a equipa chefiada por este sacerdote, começou então a construir a nova aldeia que é a Casa do Gaiato de Moçambique, edificando ao mesmo tempo pelos aglomerados populacionais, postos de saúde, quarenta escolas com várias salas e até uma pequena fábrica para tratamento da farinha de mandioca e extracção do óleo de girassol. [...] A nossa Aldeia (Casa do Gaiato) situa-se nos Pequenos Libombos, a quarenta quilómetros de Maputo, perto da barragem do rio Emboluze, que lhe dá o nome, e na encosta de uma baixa colina arborizada e pedregosa com uma vista admirável para quem de longe a contempla, como quem dela extasia os olhos na paisagem natural. É encimada pela belíssima Capela – uma enorme cubata em pirâmide, com trinta metros de altura, coberta de palha a chegar apenas a dois metros do solo, rodeada de verdura que faz a vedação. O altar, um enorme pedregulho dali, é protegido por uma parede circular, também em pedra, com oito metros de comprimento, marcada, ao meio, por um vitral espelhando o Crucificado, que é figura dominante de uma enorme pintura em tela, história da Redenção humana, do mesmo autor do projecto o arquitecto e pintor Sousa Araújo, nosso amigo comum»<sup>210</sup>.

---

<sup>208</sup> Cfr. *Padre Manuel António*, p. 224.

<sup>209</sup> Cfr. FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. II (1992-2013), p. 551–52.

<sup>210</sup> ACÍLIO – *Património dos Pobres* 4.

Em julho, o Padre José Maria reflete sobre o aproximar-se da hora da sua partida<sup>211</sup> e descreve o contexto em que se dá o seu regresso: «Voltamos para Moçambique pela mão da Igreja do Maputo, correspondendo a um desejo expresso e repetido do Governo. Este não pode ceder a Aldeia que ali construímos, mas coloca, em nossas mãos, uma fazenda de quinhentos hectares de terreno fértil nas margens do Umbeluzi»<sup>212</sup>. A 2 de novembro desse mesmo ano, dava já nota de que aquele momento estava a ser «[...] um nascer de esperança ver dia-a-dia os caboucos da Creche-Escola a erguer-se no meio da povoação da Massaca 1»<sup>213</sup>, instalações provisórias daquela que se desejava ser a segunda Casa do Gaiato em Lourenço Marques. Ao mesmo tempo, em Boane, erguia-se uma outra Casa do Gaiato, atualmente desligada da Obra da Rua<sup>214</sup>.

1992, por sua vez, foi um ano de esperança, não só para a Obra da Rua como para todo o povo africano. Com a mediação da Comunidade de Sant’Egídio, organização religiosa fundada em Itália, a 4 de outubro é assinado, em Roma, o Acordo Geral de Paz entre o Governo moçambicano e a RENAMO, pondo fim a 16 anos de guerra civil. O conflito deixou mais de um milhão de mortos e transformou o país num dos mais pobres do mundo. Em 1990 já tinha sido aprovada a revisão da Constituição que introduzia o sistema multipartidário em Moçambique. A FRELIMO, por sua vez, punha de parte a ideologia marxista-leninista.

Em Angola, e de acordo com a leitura de David Birmingham<sup>215</sup>, 1992 foi o ano em que terminou a “Guerra fria” (ativa desde 1976). Para este perito na História daquele país, «Quando o fardo da guerra foi temporariamente levantado, os dezoito meses entre Maio de 1991 e Setembro de 1992, representaram o mais espectacular período de optimismo e liberdade que Angola alguma vez testemunhara»<sup>216</sup>. Tal período de acalmia permitiu, entre muitos outros fatores, um

«[...] tempo de bom relacionamento institucional entre a Igreja Católica, o Governo do MPLA e a oposição liderada pela UNITA de Jonas Savimbi. Estava em formação o Exército Único (FAA) que deveria reagrupar as tropas dispersas pelas FAPLA (MPLA) e FALA (UNITA). Foram nomeados para liderar este processo de reestruturação militar os Generais João de Matos (FAPLA) e Abílio Camalata Numa (FALA)»<sup>217</sup>.

<sup>211</sup> MARIA, Padre José – Moçambique. *O Gaiato*. (27 jul. 1991) 1.2.

<sup>212</sup> MARIA, Padre José – Moçambique. *O Gaiato*. (13 jul. 1991) 1.

<sup>213</sup> MARIA, Padre José – Moçambique. *O Gaiato*. (2 nov. 1991) 1.

<sup>214</sup> Cfr. MENDES, Manuel – Do Venerável Padre Américo. Da Obra da Rua. *O Gaiato*. (8 mai. 2021) 3-4.

<sup>215</sup> Cfr. BIRMINGHAM, David – *Breve história da Angola moderna (séc. XIX-XXI)*. Lisboa: Guerra e Paz, 2017, p. 129-43.

<sup>216</sup> BIRMINGHAM – *Breve história da Angola moderna*, p. 167.

<sup>217</sup> NEVES, António Manuel Santos de Sousa – *“Justiça” e “Paz” nas intervenções da Igreja Católica em Angola (1989-2002)*. Dissertação de Doutoramento em Ciência Política. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais, 2011,

De acordo com uma entrevista feita na época pelo Padre António (Tony) Neves, atual Conselheiro Geral dos Missionários Espiritanos, e citada na sua Tese de Doutoramento que aqui seguimos, Jonas Savimbi:

«Considerou a Paz irreversível porque os militares não queriam mais guerra» e «(...) as cúpulas compreenderam que se alguém tentasse fazer guerra estaria sozinho» (Neves, 1997, p. 100). Sobre a Igreja Católica, respondeu: «Nós sempre dissemos que a Igreja Católica esteve na vanguarda a denunciar os males. A Igreja Católica não é pela UNITA, não é pelo Governo, mas pelo povo angolano e denunciou os males, a ocupação do país, as injustiças... e penso que tomou uma posição que, nas condições em que se encontrava, nós consideramos muito corajosa, mesmo muito corajosa!» (Neves, 1997, p.101). O líder da UNITA considerava que as Igrejas desempenhavam um papel muito importante em Angola pela confiança que o cidadão comum nelas depositava»<sup>218</sup>.

Por isso, e atendendo ao historial deixado pela Obra da Rua nas populações africanas antes da nacionalização das suas casas (setembro-novembro de 1975), é muito mais compreensível o quadro traçado pelo Padre Manuel António acerca de todas as circunstâncias em que ocorreu este regresso/“renascer” da Obra da Rua nos territórios africanos de Angola e Moçambique:

«De há um tempo para cá, chegavam-nos ecos da disposição dos governantes de Angola de restituir à Obra da Rua as Casas do Gaiato, então nacionalizadas. Os Bispos que têm as Casas nas suas Dioceses confirmaram de viva voz a intenção do governo e pediram o regresso da Obra da Rua. O motivo que nos levou a Angola – a Padre Telmo e a mim – foi o de ver a situação in loco para ser tomada uma decisão. Mais uma vez a Obra da Rua é posta à prova. Que momento grande estamos a viver! Não posso deixar de ver o paralelismo dos dois tempos. Em 1963 rebentara a guerra, há pouco tempo, a Obra da Rua vai com a sua mensagem de reconciliação a partir do anúncio dos valores da justiça e do amor, incarnados nas Casas do Gaiato. Eram o sinal visível do testemunho. Agora, no momento delicadíssimo da reconstrução dum povo esfarrapado pela guerra, pelo ódio e desejo de vingança, surge o apelo à Obra da Rua para que vá pregar a reconciliação a partir dos valores da Justiça e da Caridade, incarnados nas Casas do Gaiato. Mais: Angola é um tesouro de riqueza que desperta a cobiça dos poderosos. Nestas circunstâncias é comum o aparecimento de grupos que, a pretexto de favorecerem o desenvolvimento, deixam cair somente migalhas para o povo. Ou os valores da Justiça e da Caridade são integrados na reconstrução do tecido social ou o sofrimento imerecido do povo vai continuar»<sup>219</sup>.

---

p. 246-47. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/1582>. Consultado em 4 de outubro de 2021.

<sup>218</sup> NEVES – “Justiça” e “Paz” nas intervenções da Igreja Católica em Angola, p. 246-47.

<sup>219</sup> Padre Manuel António, p. 224.

Padre Telmo Ferraz regressa, por isso, a Malanje logo em fevereiro de 1992: «Se Deus quiser, quando leres este “Partilhando”, estaremos já em Angola, ou melhor, na nossa Casa do Gaiato de Malanje. Outra vez, os morros verdes e o planalto sem fim! [...] Angola tem um lugar no coração da Obra da Rua – como esta no coração Daquela»<sup>220</sup>. Não vai definitivamente, mas apenas «por um tempo breve, para dar conselho com a sua sabedoria de poeta e o seu jeito de alavanca»<sup>221</sup>, pois o plano é que seja «Padre Manuel António a tomar posse definitiva da nossa Casa do Gaiato», a «31 de junho» [sic]<sup>222</sup>.

25 de maio é a data apontada para o regresso a Benguela:

«Vamos para ficar. Benguela será o [nosso] poiso do pequenino grupo constituído pela Teresa, Benjamim, Aurora e eu. Mais tarde, no fim do ano lectivo, juntar-se-nos-ão o Ricardo e João Carlos, seu irmão, os dois garotos que descobri, um dia, num bairro de latas do Monte Estoril e, agora, transformados em obreiros da “nova” Casa do Gaiato de Benguela, juntamente com o Zé d’Angola. A partida está marcada para o dia 25 de Maio corrente. Há 29 anos – completar-se-ão em Novembro próximo – seguimos, pela primeira vez, o mesmo caminho. As razões que, então, levaram a Obra da Rua a estender seus braços a Angola, são, agora, ainda mais fortes. [...] Sabemos que somos pequeninos para enfrentar problemas tão grandes. É o caos social que está diante de nós. Queremos ser um pouquinho de sal e outro tanto de luz sobre o alqueire. Mais nada. Queremos partilhar a nossa pobreza de meios humanos com a miséria de quem nada tem e faz parte da nossa herança também»<sup>223</sup>.

Os dois aterram em Luanda a 25 de junho de 1991, decididos a «reflectir com as autoridades civis e da Igreja sobre a possibilidade de relançar a actividade da Obra da Rua em Angola, pelas Casas do Gaiato de Malanje e Benguela». Sendo «recebidos pelo Ministro das relações Exteriores», na conversa identificaram «interesse [que] nascia do coração preocupado com o problema da Paz e a situação social do País. Estávamos em sintonia, pois a paz do silêncio das armas só é garantida pela paz social»<sup>224</sup>. Depois, rumaram a Benguela, «segunda etapa desta peregrinação», aonde chegaram a 27 de junho. A sua receção não poderia ter sido melhor:

«A nossa chegada foi depressa conhecida: a notícia correu todos os cantos. Não é para admirar: estávamos em casa. [...] O povo que nos amou até ao fim foi

<sup>220</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. II (1992-2013), p. 14.

<sup>221</sup> *Obra da Rua*, p. 215.

<sup>222</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. II (1992-2013), p. 16.

<sup>223</sup> *Padre Manuel António*, p. 232.

<sup>224</sup> *Padre Manuel António*, p. 228.

esperando a hora do regresso. na passagem pelas ruas e sanzalas em volta, batia palmas baixinho, em sinal de alegria e gratidão»<sup>225</sup>.

Diante de tal panorama, rapidamente concluem que «A Obra da Rua tem o caminho aberto para relançar a sua actividade no meio do povo de Angola. Ela é tão desejada como pão para a boca»<sup>226</sup>. Concluídas todas as “negociações” e demais preparativos (onde se incluíram quer o elenco dos “obreiros” quer os registos do apoio dos muitos “amigos da Obra” / leitores d’O *Gaiato* e demais benfeitores<sup>227</sup>, e até mesmo um encontro “providencial” com o então Papa João Paulo II, de visita a Luanda por aqueles mesmos dias<sup>228</sup>) o tão esperado dia havia, finalmente, chegado:

«No dia 30 de Junho de 1992, na Sala da Biblioteca da Casa do Gaiato de Benguela, perante a autoridade maior do ministério da Educação na Província de Benguela, da Igreja e alguns rapazes casados, criados e educados na Casa do gaiato, cumpriu-se um acto de justiça: a devolução oficial ao seu legítimo proprietário das instalações, bens móveis e terrenos agrícolas confiscados à Casa do gaiato de Benguela em 1979»<sup>229</sup>.

Era, assim, o reviver e retomar de uma história e de uma relação quase já umbilical entre a Obra da Rua e aquelas gentes, relação que, no presente contexto, adquiria um objetivo particular:

«[...] ajudar a reconstruir a Solidariedade na comunidade. Foi profundamente ferida ao longo dos anos de guerra. Com tamanhos problemas individuais as pessoas não tinham espaço para pensar nos outros: Como arranjar comida? medicamentos? Vestuário e calçado? Salve-se quem puder! Agora, com o advento da paz, é hora de tudo fazer para humanizar as relações entre as pessoas. A Casa do Gaiato há-de ser, e é já, um ponto de referência, graças a Deus»<sup>230</sup>.

Esta nova relação haverá, pois, de concretizar-se num sem-número de iniciativas e projetos, na continuidade da sua missão, e num adequado equilíbrio entre fidelidade identitária e inovação nos métodos:

- numa saudável e frutífera cooperação com as populações e demais estruturas e agentes seus vizinhos: logo nesse ano de 1992, marcado por notável

---

<sup>225</sup> *Padre Manuel António*, p. 229.

<sup>226</sup> *Padre Manuel António*, p. 231.

<sup>227</sup> Cfr. *Padre Manuel António*, p. 232-33.

<sup>228</sup> Cfr. *Padre Manuel António*, p. 234; FERRAZ – *Mibangas e Frutos. Vol. II (1992-2013)*, p. 29.

<sup>229</sup> *Padre Manuel António*, p. 239.

<sup>230</sup> *Padre Manuel António*, p. 242-43.

esforço de reconstrução, de que as obras em Massaca, relatadas nos artigos de Padre José Maria são belo e fiel testemunho<sup>231</sup>;

- na comunhão profunda das suas dores: novamente e sempre a guerra, agora com fisionomia “civil”, com os seus constantes saques e ataques gratuitos, tiroteios, pilhagens e assassinatos; a fome e o desespero, sobretudo nos anos de 1992-1994, tão cruamente relatados pelos padres José Maria<sup>232</sup>, Telmo Ferraz<sup>233</sup> e Manuel António<sup>234</sup>;
- mas também na partilha dos esforços e da alegria da reconquista (definitiva) da paz (1995-2013)<sup>235</sup>.

Consequentemente, tornam-se, a partir de então, muito frequentes, nas páginas d’*O Gaiato*, os textos de cada um destes Padres da Rua que, a seu modo e de acordo com o seu contexto de ação, nos relatam, uma vez mais, todas as “peripécias”, expectativas sentidas, contrariedades e facilidades encontradas neste “novo capítulo” da história da Obra da Rua em África. Não se repetindo a História, são evidentes, contudo, as suas “constantes”, espécie de “baixo contínuo” que a enforma e permite nela intuir algum horizonte. Que bastem, pois, estas linhas para um alinhamento ténue – e “*a fortiori*” sempre ajustável – de uma trama em permanente tessitura.

### 3. A Obra da Rua em África: o legado

«Naquele tempo, a Obra da Rua foi um sinal que apareceu em África. Recordo-me de ter ouvido, numa cidade do interior, este desabafo: “Que bom terdes vindo!” [...] Do que foi a vida das Casas do Gaiato em África, ao longo dos anos até a independência de Angola e Moçambique, falam as populações que viram com dor cair a espada da nacionalização sobre elas; falam os filhos dispersos que nunca mais se encontraram em família; falam os pobres que perderam o apoio seguro em suas aflições; falam as vozes que chamam pelo regresso da Obra da Rua ao seu lugar. Nunca perdemos a esperança de que os ventos da história soprariam noutra direcção»<sup>236</sup>.

«Foi preciso que o sangue corresse, para que a generalidade do Povo se debruçasse sobre Angola e Moçambique e o resto do Ultramar – e ainda assim,

<sup>231</sup> Cfr. MARIA – Moçambique I.

<sup>232</sup> MARIA, Padre José – Moçambique. *O Gaiato*. (8 fev. 1992) 3.

<sup>233</sup> Cfr. FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 72-73.77-78 (et passim).

<sup>234</sup> Cfr. Padre Manuel António, p. 244.250-251.252-253.269-207 (et passim).

<sup>235</sup> Cfr. FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. II (1992-2013), p. 119-120.123-124.127; Padre Manuel António, p. 248-249 (et passim).

<sup>236</sup> Padre Manuel António, p. 223-24.

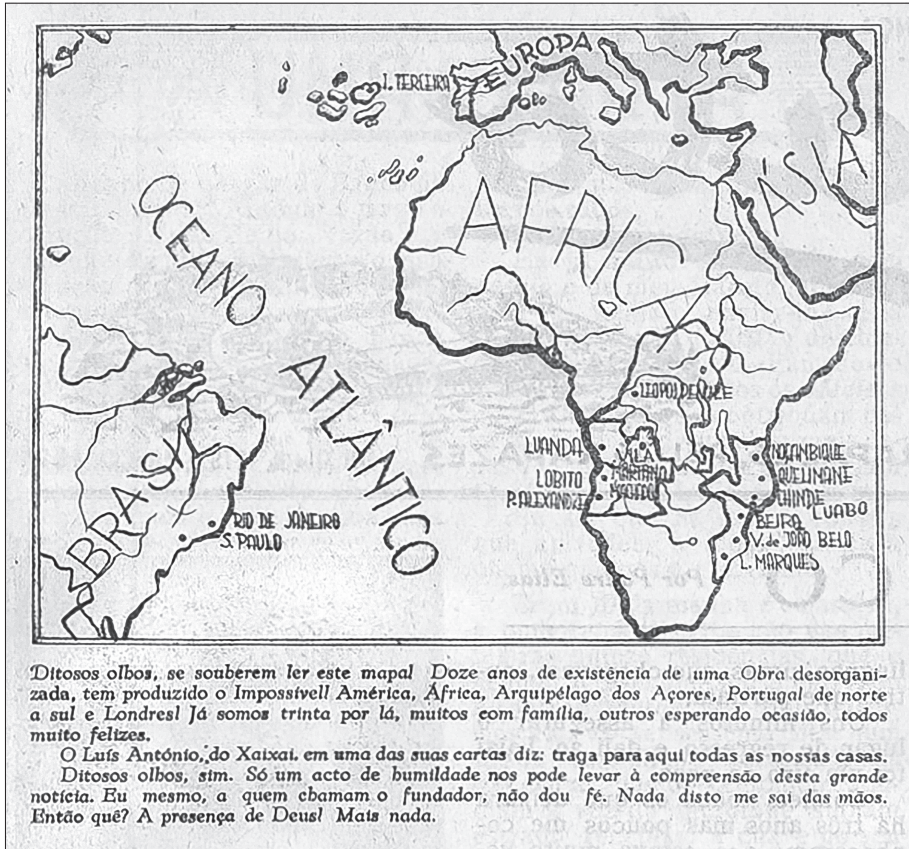


Figura 4 – Mapa de implementação da Obra da Rua.

[Fonte: O Gaiato. (13? nov 1954) 2]

mais atento ao anedótico dos sucessos do que às causas deles, aonde se deve procurar o remédio verdadeiro e eficaz que os estanque e evite repetições»<sup>237</sup>.

Eis o que se espera ter deixado evidente ao longo da presente exposição: a ousadia e desenvoltura dos Padres José Maria, Manuel António e Telmo Ferraz e de seus rapazes e casais (sem esquecer os respetivos continuadores, padres, gaiatos, religiosas e voluntários que lhes seguiram os passos até hoje<sup>238</sup>), ousadia

<sup>237</sup> *Obra da Rua*, p. 133-44.

<sup>238</sup> É justo e necessário citar aqui os nomes dos padres Rafael Rodriguez Serrano (da Diocese de Saragoça – Espanha), atual diretor da Casa do Gaiato de Malanje, e António Arnaldo Joaquim Diogo, vulgo “Pe. Quim”, tal como é conhecido nas páginas d’ *O Gaiato* (natural da Arquidiocese de Malanje – Angola), responsável pela Casa do Gaiato de Benguela, que dão continuidade a este trabalho de evangelização/

e desenvoltura que desde cedo começaram a deixar marcas nas comunidades em que se foram enxertando: foram inúmeras as portas que lhes foram sendo abertas, incontáveis as ajudas recebidas (e que lhes merecem profunda e sincera gratidão, vertida de forma evidente nos artigos de que *O Gaiato* ainda hoje é transmissor). Neles se revela não apenas a vida interna e quotidiana das suas casas: como quem usa o jornal como um verdadeiro púlpito (como bem os ensinara Padre Américo, que dizia: «O Gaiato é o meu púlpito. Os leitores, o auditório»<sup>239</sup>), os Padres da Rua ali assomam para, com voz trémula, chorarem as mágoas, dissabores, angústias e dificuldades que partilham com aquele seu povo; ali rasgam caminhos de esperança, cheios de alegria e de fé, pois se sentem mensageiros e testemunhas de algo que os ultrapassa e que “sabem” ter validade; ali fazem ouvir a sua voz firme, assertiva e contundente na crítica e denúncia proféticas de toda a espécie de injustiça praticada ora para com a própria Obra, ora para com o povo de que se sentem parte e humildes servidores. Foi também, certamente, esta sua postura (aliada, obviamente, a um muito bom entendimento com as autoridades civis e religiosas locais) a tornar possível, desde muito cedo, que a Obra da Rua estabelecesse (melhor dito: aprofundasse e estreitasse) relações de parceria com outras organizações congêneres (de dentro e de fora do universo eclesial/religioso) e que tinham igualmente a luta pelos direitos e pela justiça e desenvolvimento daqueles povos e comunidades as bandeiras da sua missão. Cabem aqui as múltiplas referências à Cruz Vermelha<sup>240</sup>, que não querem ficar de fora desta “procissão”<sup>241</sup> ou à Cáritas, às Paróquias, às Conferências Vicentinas<sup>242</sup> e demais instituições que prestam “Serviços Sociais”<sup>243</sup> e que, pela sua ação, se situam “do mesmo lado da barricada” na luta contra a pobreza, a fome, a guerra.

Aqui e assim se torna patente o carácter profundamente teândrico e internacional da Obra de Padre Américo: aliando uma total confiança na Providência divina (sobretudo quando os ventos da História parecem não soprar de feição), Padre Américo e seus seguidores nem então deixam de confiar, acreditar e apostar no melhor que a natureza humana pode oferecer, também (ou mesmo sobretudo) quando esta se configura e concretiza em instituições que assumem por missão o cuidado pelos mais frágeis, a defesa dos indefesos, a cura dos mais doentes, a salvação dos mais esquecidos. Ler estes textos dos Padres da Rua significa isso mesmo: testemunhar o nascer, o crescer (não sem as necessárias “dores”) de uma

---

assistência começado há mais de 50 anos. Também deles se pode, ainda hoje, ouvir a voz (testemunha de dificuldades, apelos e denúncias, mas também de alegrias e esperanças partilhadas) nas páginas do referido jornal.

<sup>239</sup> AGUIAR, Américo Monteiro de – De como foi a inauguração da nossa Aldeia. *O Gaiato*. (6 abr. 1946) 1.

<sup>240</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 24-25; *Padre Manuel António*, p. 328-29 (et passim).

<sup>241</sup> FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 24-25.

<sup>242</sup> Cfr. FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. I (1963-1991), p. 34-35.

<sup>243</sup> Cfr. FERRAZ – *Mibangas e Frutos*. Vol. II (1992-2013), p. 78.

obra-família que, na fidelidade à sua inspiração estritamente evangélica, assume as «alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias»<sup>244</sup> do povo – sobretudo nos seus rostos e vidas mais sofredores – em que se enxerta e em cujo tempo e espaço lhe é dado existir.

Assim, se quisermos tentar reconstruir esta sua história (que já conta mais de 50 anos<sup>245</sup>) e compreender e avaliar, com a possível objetividade, o alcance do seu legado, devemos, pois, começar por aqui: é nesta “radicalidade identitária” que se compreendem as ramificações e universos da sua ação (da História da Assistência à da Educação; da História da Arquitetura, mormente no que às dinâmicas exemplares de “auto-construção” diz respeito, à História da Missionaçã, pré e pós conciliar; da História do Ultramar à História das Guerras Coloniais... com um particular relevo para a História Social, de aquém e de além mar), interpretada esta pela óptica das relações pessoais e institucionais da Obra e dos seus agentes com o meio envolvente, ou a partir da análise prosopográfica dos rapazes-gaiatos beneficiários da sua ação pedagógico-social mais direta. Com efeito, fixe-se a nossa atenção nos trajetos pessoais (mormente o nível das respetivas ocupações/profissões entretanto por eles abraçadas), analise-se o grau da sua inserção e compromisso com as comunidades que integram e imediatamente vislumbraremos outras tantas concretizações desta mesma e única “epopeia”.

---

<sup>244</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II – Constituição Pastoral *A Igreja no mundo actual. Proémio*. In CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II – *Constituições. Decretos. Declarações e Documentos Pontifícios*. 9ª ed. melhorada. Braga: Editorial A. O., 1983, p. 345.

<sup>245</sup> Cfr. *A Obra da Rua – 50 anos em Angola..*